

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

IZABEL RAMOS

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DOS
CONTADORES EM ATIVIDADE NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DA CIDADE
DE MARACAJÁ-SC**

CRICIÚMA

2012

IZABEL RAMOS

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DOS
CONTADORES EM ATIVIDADE NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DA CIDADE
DE MARACAJÁ-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof^o. Esp. Angelo Natal Périco

CRICIÚMA

2012

IZABEL RAMOS

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DOS
CONTADORES EM ATIVIDADE NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS DA CIDADE
DE MARACAJÁ-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial com ênfase em Finanças Pessoais.

Criciúma, 07 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Esp. Angelo Natal Périco- . - UNESC - Orientador

Prof^a. Ma. Kátia Aurora Dalla Líbera Sorato - UNESC

Prof^o. Ademir Borges - UNESC

Dedico este trabalho especialmente a Deus,
aos meus pais, minha irmã, meu amado
esposo e as minhas amigas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que não me deixou cair nas horas de desânimo.

Aos meus pais, a minha mãe Lenir pela perseverança diante das dificuldades da vida, a meu pai José pelas palavras de reflexão, além do amor recebido dos dois.

À minha irmã Fernanda, anjo de minha vida, que respeitou os dias que a privei de visitas a minha casa, para poder estudar.

Ao meu amado esposo Altemir, companheiro e amigo de todas as horas, pelo amor e carinho recebido e compreensão pelas horas em que não pude lhe dar atenção.

Às minhas amigas Anelize, Camila, Flávia e Mariana pelos momentos bons e também pelos momentos de dificuldades que enfrentamos juntas.

Ao meu orientador, professor Ângelo Natal Périco pelas boas ideias oferecidas. Aos professores que transmitiram seus conhecimentos ao longo desses quatro anos e meio.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

“A contabilidade é possivelmente um dos assuntos mais áridos do mundo. E pode também ser o mais confuso. A questão é como pegar um tema entediante e confuso e ensiná-lo a crianças. A resposta é: simplifique. Comece por ensiná-lo por meio de figuras.”

Robert T. Kiyosaki
Sharon L. Lechter

RESUMO

RAMOS, Izabel. **Finanças pessoais: um estudo sobre a gestão financeira dos contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá - sc.** 2012. 81 p. Orientador: Ângelo Natal Périco. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

O objetivo deste estudo consiste em levantar como os contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá, situada no estado de Santa Catarina, realizam o seu planejamento e gestão financeira pessoal. Cada vez se torna mais importante para a pessoa física o planejamento financeiro e o controle dos recursos para se conseguir uma vida financeira mais confortável e tranquila. Existem ferramentas que podem ser utilizadas nesse processo. Alguns conceitos contábeis e ferramentas de planejamento e controle financeiro foram abordados nesse trabalho. Para alcançar o objetivo do estudo realizou-se uma pesquisa descritiva por meio da aplicação de um questionário com os contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá/SC, levantando-se uma população de 7 contadores (sete) formados em uma universidade. Os resultados evidenciados mostram que a maioria dos indivíduos são do gênero masculino com a faixa etária compreendida de 26 à 30 anos e acima de 40 anos. Conclui-se que a utilização da contabilidade pela pessoa física está aumentando, e principalmente os contadores devem aplicá-la a sua vida financeira para serem exemplo e mostrar que a ciência contábil não deve ser importante apenas às empresas, mas que pode também contribuir e muito para o planejamento financeiro pessoal.

Palavras-chave: Planejamento e Controle Financeiro. Gestão Financeira. Ferramentas Contábeis. Pessoa Física.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Origem da Renda	26
Quadro 2: Balanço Patrimonial Pessoal	28
Quadro 3: Exemplo de DRE com Lucro e outro com Prejuízo.....	29
Quadro 4: Planilha Orçamento pessoal	30
Quadro 5: Fluxo de caixa Pessoal.....	34
Gráfico 1: Faixa Etária dos Contadores.....	53
Gráfico 2: Gênero dos Contadores.....	53
Gráfico 3: Estado Civil dos Pesquisados.....	54
Gráfico 4: Tempo de Profissão dos Contadores.....	55
Gráfico 5: Fonte de renda dos pesquisados.....	56
Gráfico 6: Faixa de Renda Pessoal dos Contadores.....	56
Gráfico 7: Estabelecimento de objetivos.....	57
Gráfico 8: Prazos para a concretização dos objetivos do contadores	58
Gráfico 9: Utilização de uma ferramenta de gestão para a projeção do orçamento. 59	
Gráfico 10: Utilização ou não de uma ferramenta de gestão para a projeção.	60
Gráfico 11: Previsão do período estimado das projeções orçamentárias dospesquisados.....	61
Gráfico 12: Controle/organização do fluxo financeiro (entrada/saída de recursos)..	62
Gráfico 13: Utilização de financiamento imobiliário ou de automóvel.....	62
Gráfico 14: Receitas X despesas.	63
Gráfico 15: Realização de investimentos e qual a porcentagem.....	64
Gráfico 16: Tipos de investimentos realizados.	65
Gráfico 17: Pesquisa realizada sobre as taxas de juros.....	66
Gráfico 18: Utilização de ferramentas contábeis e especificação da mesma.....	67
Gráfico 19: Amparo da Ciência Contábil a pessoa física.....	68
Gráfico 20: Auxílio do conhecimento contábil.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA= Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

CBLC= Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

CDB = Certificado de Depósito Bancário

CDI = Certificado de Depósito Inter- Bancário

DRE= Demonstração do Resultado do Exercício

IR= Imposto de Renda

PGBL = Plano Gerador de Benefícios Livres

RDB = Recibo de Depósito Bancário

SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TR= Taxa Referencial

VGBL = Vida Gerador de Benefício Livre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVO GERAL.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 CONCEITOS CONTÁBEIS.....	18
2.1.1 Patrimônio	18
2.1.2 Balanço Patrimonial	19
2.1.2.1 Ativo.....	20
2.1.2.2 Passivo	20
2.1.2.3 Patrimônio Líquido.....	21
2.1.3 DRE	21
2.1.3.1 Receitas.....	21
2.1.3.2 Custos	22
2.1.3.3 Despesas.....	22
2.1.3.4 Resultado	23
2.1.4 Princípio da Entidade	23
2.1.5 Exercício Contábil/ Exercício Social	24
2.1.6 Conceito de Finanças	24
2.2 FINANÇAS PESSOAIS	25
2.2.1 Rendas	25
2.2.2 Gastos Pessoais	26
2.3 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL.....	26
2.3.1 Ferramentas Contábeis de Apoio às finanças Pessoais	27
2.3.1.1 Balanço Patrimonial Pessoal	27
2.3.1.2 DRE – Demonstração de Resultado do Exercício	28
2.3.1.3 Planilhas de controle orçamentário.....	29
2.3.1.4 Fluxo de Caixa Pessoal	34
2.3.1.5 Softwares Financeiros	35
2.4 TAXAS DE JUROS.....	35
2.4.1 Taxa Selic: tendência futura (viés)	36

2.4.2 TR – Taxa Referencial	36
2.4.3 CDI – Certificados de Depósito Interbancário.....	37
2.4.4 Comportamento dos Juros.....	38
2.4.5 Juro Simples	38
2.4.6 Juro Composto	39
2.4.7 Taxas pré-fixadas	39
2.4.8 Taxas pós- fixadas.....	39
2.5 TIPOS DE RENDIMENTOS	39
2.5.1 Renda Fixa – CDB/RDB	39
2.5.2 Renda Variável.....	40
2.6 MODALIDADES DE INVESTIMENTOS E EMPRÉSTIMOS/ FINANCIAMENTOS	
– PESSOA FÍSICA	41
2.6.1 Modalidades de Investimento.....	41
2.6.1.1 Caderneta de Poupança.....	41
2.6.1.2 Fundos de Investimentos.....	42
2.6.1.3 Planos de Previdência Privada aberta.....	42
2.6.1.3.1 <i>PGBL</i>	43
2.6.1.3.2 <i>VGBl</i>	44
2.6.1.4 Planos de Previdência Privada fechada	44
2.6.1.5 Tesouro Direto	45
2.6.1.6 Debêntures	45
2.6.1.7 Ações.....	46
2.6.1.8 Imóveis	47
2.5.2 Modalidades de Empréstimos e Financiamentos	47
2.5.2.1 Cheque Especial.....	47
2.5.2.2 Cartão de crédito	48
2.5.2.3 Empréstimo Consignado	49
2.5.2.4 Financiamento de Veículos	49
2.5.2.5 Leasing	50
2.5.2.6 Financiamento Habitacional.....	50
2.5.2.7 Crediário em lojas.....	51
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	52
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	52
3.2 INDICADORES PESSOAIS DOS PESQUISADOS	52

3.3 INDICADORES DE RENDA	55
3.4 PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL.....	57
3.5 UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS CONTÁBEIS DE APOIO ÀS FINANÇAS PESSOAIS	67
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
APÊNDICES.....	75

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o tema e problema, o objetivo geral e também os objetivos específicos, além da justificativa e da metodologia de pesquisa utilizada no trabalho.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Desde o início da civilização, quando o homem começou a viver em sociedade, definiu-se a ideia de patrimônio, o que se tinha e o que se queria alcançar futuramente. O patrimônio possuía um significado mais simples e com mais facilidade de controle.

Buscava-se basicamente o necessário para a sobrevivência através da caça e da pesca. Com a evolução do homem e de sua inteligência descobriu-se a agricultura, depois surgiram às trocas de mercadorias, o comércio, o ouro como moeda e por fim o dinheiro e a tecnologia dando início à economia que existe atualmente.

O avanço da tecnologia possibilitou o surgimento das indústrias que alavancaram a economia, criando novos produtos, disseminando novos hábitos de consumo. Criaram-se as estratégias de *marketing* semeando necessidades que muitas vezes não existem, abrindo assim as portas para um consumismo desenfreado.

Essas novas necessidades de consumo estimulam gastos desnecessários que podem ultrapassar a capacidade de pagamento do consumidor, frente a isso não resta outra saída senão recorrer ao endividamento.

O cidadão comum, pouco esclarecido, encontra no cartão de crédito ou no cheque especial a solução para as suas mazelas financeiras não sabendo que a situação irá se agravar. Uma vez, com o orçamento pessoal ou familiar desestruturado, fica difícil restabelecer o equilíbrio financeiro.

Quando não há um controle das finanças pessoais, não se sabe exatamente o que se gasta e o que se recebe, ficando favorável o endividamento. Para que isso não ocorra, às pessoas precisam organizar e planejar a sua vida

financeira, fazendo com que seus rendimentos se multipliquem por meio dos investimentos.

Neste contexto, a contabilidade pode ajudar e muito as pessoas a controlarem seus gastos e recebimentos, disponibilizando ferramentas de controle como planilhas de Excel e o balanço patrimonial adaptado para a pessoa física.

Se a contabilidade possui as ferramentas necessárias a uma boa gestão financeira pessoal, uma classe profissional que possui bom conhecimento financeiro é a dos contadores, pois no seu cotidiano está envolvida com a vida financeira das empresas e até mesmo dos sócios e administradores das mesmas.

Os contadores, em sua maioria, possuem um bom padrão de vida. Apresentam facilidades em levantar empréstimos e financiamentos, bem como, a renda lhes proporcionada à possibilidade de realizar investimentos. Portanto, aparentam ter uma vida financeira equilibrada.

Diante dessa necessidade de se manter uma situação financeira equilibrada, para driblar as adversidades naturais do ser humano vivendo em sociedade é que este trabalho pesquisou a conduta financeira dessa categoria profissional acostumada a cuidar da situação patrimonial das pessoas físicas e jurídicas, levantando a seguinte problemática de pesquisa:

De que maneira os contadores, em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá – SC realizam o seu planejamento e a gestão financeira pessoal?

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho consiste em levantar como os contadores, em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá, situada no estado de Santa Catarina, formados em uma universidade, realizam o seu planejamento e a gestão financeira pessoal.

A partir do objetivo geral apresenta-se os seguintes objetivos específicos são definidos:

- Identificar na pesquisa as características pessoais e profissionais dos contadores da cidade de Maracajá;
- Verificar como se encontra a situação financeira dos pesquisados;

- Mostrar os principais investimentos realizados por esses contadores;
- Identificar as principais modalidades de operações de crédito demandadas pela população pesquisada.

1.3 JUSTIFICATIVA

Finanças pessoais é um assunto que vem se tornando cada vez mais importante devido à preocupação das pessoas com a administração do próprio patrimônio. Com isso, a ciência social aplicada começa a tratar esse tema com uma maior relevância.

Para se conseguir uma boa organização financeira não basta apenas realizar o controle mínimo de receitas e despesas, fazer consultas a extratos bancários, somar os gastos e subtrair dos ganhos. Tem-se que apropriar uma parte da receita e alocar em algum tipo de investimento gerando uma nova fonte de renda. Caso a situação se apresente deficitária frente ao confronto entre receita e despesa busca-se no mercado financeiro produtos de baixo custo. Para tanto é necessário que o cidadão tenha um mínimo de conhecimento sobre planejamento e controle das finanças pessoais.

Ter-se o controle financeiro é extremamente importante e saber onde o dinheiro é gasto ou investido requer disciplina. Essa pesquisa mostra como é feito o planejamento e a gestão financeira pessoal dos contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá. Por tratar-se de uma categoria profissional que apresenta, normalmente, bom poder aquisitivo, com amplo acesso a linhas de crédito e a variados produtos de investimento, pretendeu-se mostrar as variadas formas de gerência financeira pessoal.

A principal contribuição social deste trabalho é uma informação mais completa sobre o que são finanças pessoais. Além de mostrar por meio de exemplos reais formas de planejamento financeiro de pessoas que podem trabalhar em empresas contribuindo ou opinando em sua gestão financeira. Essas pessoas em particular talvez não consigam administrar com eficiência o que possuem. Dessa forma essa pesquisa trouxe várias sugestões de controles financeiros e tipos de investimentos que podem não ser muito utilizadas, mas que possibilitam rendimentos importantes, dando ao leitor o conhecimento de um

assunto que poderá ajudá-lo ou incentivá-lo a mudar a maneira de administrar suas finanças pessoais.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia direciona por meio de técnicas e procedimentos a construção de trabalhos científicos. De acordo com Andrade (2005, p. 129) a “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

Os objetivos estabelecidos no trabalho determinam o tipo de pesquisa, que nesse caso tem uma abordagem descritiva, onde conforme Andrade (2005, p. 124) “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”.

Quanto aos procedimentos, foi utilizada a pesquisa do tipo levantamento ou *survey* e bibliográfica. Quanto à primeira, esta ocorreu por meio da aplicação de um questionário, com questões do tipo fechadas e de múltipla escolha.

Esse questionário foi utilizado para a obtenção de informações sob um determinado grupo de pessoas, nesse caso os contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá. De acordo com Beuren (2006, p. 86) “trata-se de uma tipologia de pesquisa importante dentro do campo contábil, visto que levanta informações que podem ser úteis para estudos [...]”.

Explica-se que por meio deste estudo, cogitou-se a possibilidade de realizar-se uma pesquisa extraindo-se uma amostra da população de contadores, em atividade, no Município de Maracajá. Como se constatou que a população não era tão grande optou-se pela realização de um censo.

Segundo Barros e Lehfeld (1986, p. 105) a amostra se define como “um subconjunto representativo do conjunto da população”. Marconi e Lakatos (2006, p. 41) explicam que a amostra é utilizada “quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspectos de um grupo grande ou numeroso [...]”.

Appolinário (2006, p. 125) relata que no censo “todos os indivíduos integrantes de uma população são estudados”. O conceito de população é

definido pelo autor como a “totalidade de pessoas, animais, objetos, situações etc. que possuem um conjunto de características comuns que os definem.”

Quanto à pesquisa bibliográfica, buscou-se a fundamentação teórica em livros e outros materiais de pesquisa, como artigos de revistas, *sites*, monografias.

Beuren explica que (2006, p. 87)

o material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada.

A tipologia da pesquisa quanto à abordagem do problema foi do tipo quantitativa, com a utilização de gráficos e figuras. Conforme Beuren (2006, p. 92) “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto de coleta quanto no tratamento dos dados”.

Diante da metodologia de pesquisa proposta, buscou-se desenvolver um trabalho com dados reais que possam informar e contribuir para uma expansão do conhecimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo abordam-se os principais conceitos contábeis relacionados ao patrimônio, às finanças pessoais, como renda e gastos, empréstimos e financiamentos e algumas formas de investimentos mais utilizadas. Além de evidenciar algumas ferramentas que podem ajudar na organização e no planejamento financeiro.

2.1 CONCEITOS CONTÁBEIS

Uma das principais funções da contabilidade é a informação, segundo Marion (2006, p. 26) “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões [...]”. Podendo assim haver uma maior certeza do caminho a ser seguido.

Dentro da contabilidade existem conceitos que precisam ser conhecidos para que a informação passada por ela tenha um entendimento claro e objetivo. Sendo os mesmos abordados nessa seção.

2.1.1 Patrimônio

Tradicionalmente o patrimônio é conhecido como todos os bens pertencentes a um determinado indivíduo ou empresa. Em um primeiro momento Padoveze (2000) define o patrimônio como o conjunto de riquezas de propriedade de alguém ou de uma empresa. Acrescentando a esse conceito o termo direito que segundo o próprio Padoveze (2000, p. 36) “são os valores a receber de terceiros.”

No entanto, não é possível conhecer o patrimônio de um indivíduo ou empresa apenas por seus bens e direitos. Outro item chamado de obrigações é importante na definição do patrimônio. Marion (2006, p. 37) explica que as obrigações “são dívidas com outras pessoas”. Pois um determinado indivíduo ou empresa pode ter em sua posse inúmeros bens e grandes direitos a receber, mas indo de encontro, também pode possuir dívidas que ultrapassem esses itens.

Nesse contexto Marion (2006, p.34) explica que “em contabilidade, portanto, a palavra patrimônio tem sentido amplo: por um lado significa o conjunto de bens e direitos pertencentes a uma pessoa ou empresa; por outro lado inclui as obrigações a serem pagas”. Sendo definido por Padoveze (2000, p. 37) “[...] como o conjunto de bens, direitos e obrigações [...].”

Um instrumento contábil capaz de demonstrar exatamente essas informações é o Balanço Patrimonial. Conforme Iudícibus et al (1998, p. 29)

o Balanço Patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis, por meio do qual podemos apurar (atestar) a situação patrimonial e financeira de uma entidade em determinado momento. Nessa demonstração estão claramente evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade.

Neste contexto, entende-se que para se conhecer a exatidão de um determinado patrimônio pertencente a uma pessoa ou empresa é necessária à verificação de seus bens e direitos, mas também do valor de suas obrigações, podendo ser evidenciados no Balanço Patrimonial.

2.1.2 Balanço Patrimonial

Na contabilidade o principal instrumento que reflete exatamente a situação do patrimônio de uma pessoa ou empresa é o balanço patrimonial. Segundo Blatt (2000, p. 25) “o Balanço Patrimonial é um demonstrativo estático, pois representa uma “fotografia” da situação patrimonial [...].”

De acordo com Marion (2006, p. 52), “o Balanço Patrimonial é dividido em duas colunas: a do lado esquerdo é denominada Ativo, a do lado direito, Passivo”. O ativo representa os bens e direitos, o passivo representa as obrigações e a diferença entre os dois é o patrimônio líquido. (HOJI, 2007).

Entende-se conforme os autores citados, que esses dois lados dispostos juntos e ao mesmo tempo formam o Balanço Patrimonial e são capazes de informar de forma clara e objetiva em um determinado momento a situação financeira e patrimonial de um indivíduo pessoa física ou jurídica.

2.1.2.1 Ativo

Um dos componentes do Balanço Patrimonial é o Ativo que se encontra do lado esquerdo compreendido pelos bens e direitos de uma pessoa ou empresa. Segundo Marion (2006, p. 52) “é o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa. São itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho [...].”

O Ativo é formado por contas e Blatt (2000) explica que essas contas devem ser dispostas em ordem decrescente de acordo com o grau de liquidez dos elementos nelas registrados e agrupadas segundo sua expressão qualitativa.

De acordo com Marion (2006, p. 52) “o termo Ativo pressupõe algo positivo, dinâmico, que produz, que gera riqueza.”

Os componentes do Ativo encontram-se discriminados no lado esquerdo do Balanço Patrimonial. (IUDÍCIBUS et al, 1998).

De acordo com os autores citados entende-se que o Ativo representa o conjunto de bens e direitos de uma pessoa ou empresa e se encontra do lado esquerdo do Balanço Patrimonial.

2.1.2.2 Passivo

O Passivo encontra-se do lado direito e segundo Marion (2006, p. 54) “significa as obrigações exigíveis da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamadas a partir da data de seu vencimento.”

Blatt (2000) explica que no Passivo, as contas devem ser dispostas em ordem crescente de prazo de exigibilidade dos elementos por elas registradas e devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa.

Conforme Padoveze (2000, p. 39) “[...] o passivo compreende os elementos patrimoniais negativos (as obrigações) e também evidencia a riqueza efetiva, o PATRIMÔNIO LÍQUIDO.”

2.1.2.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido é conceituado por Padoveze (2000) como a resultante da soma dos bens e direitos (Ativo) subtraindo-se a soma das obrigações (Passivo).

De acordo com Marion (2000, p. 39)

a riqueza, portanto, não se mede somente pelo patrimônio. Na verdade, é necessário conhecer a riqueza líquida da pessoa ou empresa: somam-se os bens e os direitos e, desse total, subtraem-se as obrigações; o resultado é a riqueza líquida, ou seja, a parte que sobra do patrimônio para a pessoa ou empresa.

Portanto o Patrimônio Líquido também pode ser definido como a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos exigíveis. (BLATT, 2000).

2.1.3 DRE

A DRE é uma demonstração contábil e segundo Marion (2006, p. 91),

é um resumo ordenado das receitas e despesas [...] em determinado período, normalmente 12 meses. É representada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

Padoveze (2004, p. 123) explica que “a finalidade da Demonstração de Resultado é uma melhor evidenciação do ganho, tendo em vista sempre o aspecto do usuário externo.”

De acordo com Blatt (2000) na determinação do resultado do exercício devem ser registradas as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda e os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

2.1.3.1 Receitas

As receitas fazem parte do DRE, segundo Ludícibus et al (1998, p. 66) “entende-se por Receita a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber [...]”

De acordo com Marion (2006, p. 96) “receitas de natureza financeira são as derivadas de juros ganhos nas aplicações financeiras, juros de mora recebidos, descontos obtidos etc.”

Iudícibus et al (1998) ainda explica que a obtenção de uma receita ocasiona em um aumento do Patrimônio Líquido.

2.1.3.2 Custos

De acordo com Barros (2004, p. 154) “custo é o gasto relativo à aquisição ou produção de um bem, de venda ou de uso.”

Marion (2006, p. 86) define que custo “é todo sacrifício (gasto) relativo a bens ou a serviços que serão utilizados na produção de outros bens ou serviços.”

Para Hirschfeld (2000, p. 209) “custos são avaliações específicas de dispêndios, gastos, despesas, pagamentos e tudo o mais que tenda a endividar [...]”

Dessa forma, entende-se que o custo é uma avaliação específica dos gastos com relação a bens ou serviços que serão utilizados na produção de outros bens e serviços.

2.1.3.3 Despesas

As despesas também são gastos e conforme Iudícibus et al (1998, p. 66)

entende-se, por despesa, o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, ajuda a produzir uma receita. Diminuindo o Ativo ou aumentando o Passivo, uma Despesa é realizada com a finalidade de se obter uma Receita cujo valor se espera seja superior à diminuição que provoca no Patrimônio Líquido.

De acordo com Marion (2006, p. 78) “ela é refletida no balanço através de uma redução do Caixa (quando é pago no ato – a vista) ou mediante um aumento de uma dívida – Passivo (quando a despesa é contraída no presente para ser paga no futuro – a prazo)”.

2.1.3.4 Resultado

Segundo Barros (2004) o resultado é medido pelo confronto entre as receitas e os custos e despesas do período contábil.

De acordo com Marion (2006, p.77) “a apuração do resultado é realizada de forma destacada na Demonstração do Resultado do Exercício”.

Iudícibus et al (1998, p.67) explica que,

caso as receitas obtidas superem as despesas incorridas, o Resultado do período será positivo (lucro) que aumenta o Patrimônio Líquido. Se as despesas forem maiores que as receitas, este fato ocasiona um prejuízo que diminuirá o Patrimônio Líquido.

Conforme os autores citados o confronto das receitas com os custos e despesas forma o resultado que poderá ser lucro ou prejuízo.

2.1.4 Princípio da Entidade

A contabilidade possui algumas regras conforme Padoveze (2004, p. 130)

[...] à medida que as necessidades de controle foram surgindo, a contabilidade foi criando instrumentos para o registro de todos os fatos que afetam o patrimônio e uma entidade. Em alguns momentos da história da contabilidade, surgiram dúvidas quanto ao melhor critério de registro de determinadas transações. Diante disso, os primeiros contadores tiveram de fazer algumas opções, que acabaram sendo adotadas pelos demais colegas, ficando como **regras**, que passaram a ser seguidas e aceitas por todos. Essas regras básicas que foram adotadas denominamos **Princípios Contábeis** e hoje formam o arcabouço teórico que sustenta toda a Contabilidade.

Um desses princípios é o Princípio da Entidade que de acordo com Barros (2005, p. 21)

[...] reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, ou seja, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

Barros (2005, p. 21) ainda afirma que “segundo esse princípio, o patrimônio da empresa (entidade) não se confunde com o dos seus sócios ou proprietários”.

2.1.5 Exercício Contábil/ Exercício Social

De acordo com Padoveze (2004, p. 133)

entendemos na contabilidade que um Exercício Contábil é o período de um ano, em que se faz a apuração do resultado. Não necessariamente o exercício contábil de um ano tem de coincidir com o ano civil, mas o exercício contábil tem de ter 12 meses.

Conforme Marion (2006, p. 68) “o período contábil, espaço de tempo escolhido para que a contabilidade mostre a situação patrimonial e financeira [...] quando de um ano, é também denominado *exercício social*.”

Por meio dos assuntos abordados teve-se conhecimento de alguns dos principais conceitos existentes na contabilidade. Dessa forma, os mesmos podem ser aplicados às finanças e em seu planejamento e controle, tanto das empresas como das pessoas físicas que é o objetivo desse estudo.

2.1.6 Conceito de Finanças

Estudar as finanças, o seu planejamento e controle, está se tornando cada vez mais necessário atualmente.

Para Bodie e Merton (1999, p. 26)

finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos *ao longo do tempo*. As duas características que distinguem as decisões financeiras de outras decisões de alocação de recursos, que são os custos e benefícios das decisões financeiras, são (1) a distribuição ao longo do tempo e (2) o fato de geralmente serem desconhecidas de antemão, ou por qualquer outra pessoa.

Conforme Gitman (2010, p. 3),

o termo **finanças** pode ser definido como “a arte e a ciência de administrar o dinheiro”. Praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro. Finanças diz respeito ao processo, às instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre pessoas, empresas e órgãos governamentais. A maioria dos adultos se beneficiará ao compreender esse termo, pois lhes dará condições de tomar melhores decisões financeiras pessoais.

Sendo assim, entende-se que o estudo das finanças é muito importante, pois a compreensão desse termo possibilita melhores condições para

a tomada de uma decisão financeira, e no caso das finanças pessoais, objetivo desse estudo, está se tornando cada vez mais necessário.

2.2 FINANÇAS PESSOAIS

Para explicar o que são finanças pessoais, Ferreira (2006) faz uma comparação entre os conceitos de finanças empresariais e pessoais. Para o autor, finanças empresariais são a arte e a ciência de gerenciar o dinheiro que tem relação com a empresa e finanças pessoais representa arte e a ciência de gerenciar o dinheiro que as pessoas possuem.

Ferreira (2006, p.17) define finanças pessoais

como processo de planejar, organizar e controlar nosso dinheiro, tanto em curto quanto em médio e longo prazo. Planejar finanças pessoais significa determinar antecipadamente o que pretendemos com nosso dinheiro e detalhar os planos necessários para alcançar o(s) objetivo(s) definido(s). Organizar nosso dinheiro significa organizar nossos hábitos de consumo e investimento visando o alcance do(s) nosso(s) objetivo(s) definido(s). Controlar significa assegurar que os resultados do que foi planejado se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos.

Já Frankenberg (1999, p. 31) explica que o

planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos, e não é tarefa simples atingi-la.

Para uma melhor compreensão do que são finanças pessoais é preciso entender duas de suas principais variáveis, as rendas e os gastos.

2.2.1 Rendas

De acordo com Ferreira (2006), as rendas representam o dinheiro recebido em um determinado período. Essas podem ser fixas (empregado formal), variáveis (trabalhadores autônomos), podem ser lucros (empresários) ou retorno de investimentos (investidor).

O Quadro 1 mostra exemplos de origens de renda:

Quadro 1: Origem da Renda

1º grupo		2º grupo	
Empregado	Autônomo	Empresário	Investidor
Eles trabalhando pelo dinheiro		O dinheiro trabalhando por eles	

Fonte: Ferreira (2006, p.18)

Sendo assim a realização de alguma atividade econômica irá trazer determinados tipos de renda. Com o aumento da renda, aumenta o poder aquisitivo, aumentando também suas responsabilidades para com seus rendimentos.

2.2.2 Gastos Pessoais

O site do Brasil Escola (2012) define os gastos como todo dispêndio financeiro.

Segundo Ferreira (2006), existe muitos itens no dia-a-dia que podem ser dispensados em uma situação de emergência, haverá uma queda no padrão de vida, mas por outro lado será possível o pagamento de todas as contas, e isso deve ser o principal.

Frankenberg (1999, p. 39) orienta que “gastar com prudência significa saber diferenciar o que é essencial do que é supérfluo”.

2.3 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL

Planejar o dinheiro é a primeira etapa do processo para realizar o Planejamento Financeiro Pessoal. (FERREIRA, 2006).

O planejamento figura como a primeira etapa por ser aquela que serve de base para as demais. No planejamento, determinamos antecipadamente o que pretendemos com nosso dinheiro e detalhamos os planos necessários para alcançar o(s) objetivo(s) definido(s). (FERREIRA, 2006, p. 19).

Segundo Cerbasi (2004, p.34) “o planejamento financeiro tem um objetivo muito maior do que simplesmente não ficar no vermelho. Mais importante do que conquistar um padrão de vida é mantê-lo, e é para isso que devemos planejar”.

Entende-se que com uma boa organização financeira, constituindo-se uma reserva com a administração eficaz da renda, mantendo-se um controle maior nas despesas sem gastos desnecessários e talvez realizando algum tipo de investimento, objetivos podem ser alcançados e um padrão de vida confortável e ideal conquistado ou mantido.

De acordo com Ferreira (2006, p. 51) o controle financeiro significa “[...] assegurar que os resultados do que foi planejado se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos.”

Conforme Gitman (2010) as atividades de finanças e contabilidade estão intimamente relacionadas e muitas vezes é difícil distinguir a administração financeira da contabilidade.

Para auxiliar no controle financeiro a utilização de algum tipo de ferramenta contábil pode ser eficaz e até mesmo necessária.

2.3.1 Ferramentas Contábeis de Apoio às finanças Pessoais

Existem ferramentas contábeis que podem ajudar no controle e na administração financeira, sendo algumas delas: Balanço Patrimonial Pessoal, DRE, planilha de controle orçamentário, Fluxo de Caixa Pessoal e Softwares Financeiros.

2.3.1.1 Balanço Patrimonial Pessoal

Para poder controlar com eficiência os gastos e fazer um planejamento financeiro eficaz, primeiro é necessário saber exatamente o tamanho do patrimônio existente e qual a condição financeira atual. Nesse caso o Balanço Patrimonial Pessoal mostra essa condição com detalhes. Segundo Ferreira (2006) ele é a fotografia da situação financeira num determinado momento.

O Quadro 2 mostra um exemplo de balanço Patrimonial Pessoal.

Quadro 2: Balanço Patrimonial Pessoal

BALANÇO PATRIMONIAL PESSOAL			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Dinheiro no bolso	100	Cartão de crédito	700
Saldo em conta corrente	200	Financiamento do automóvel	800
Saldo em conta poupança	1.800	Financiamento do imóvel	600
Total do Ativo Circulante	2.100	Total do Passivo Circulante	2.100
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Empréstimo concedido ao irmão	600	Financiamento do automóvel	4.000
FGTS	600	Financiamento do imóvel	15.000
Automóvel	14.000	Total do Passivo não circ.	19.000
Imóvel principal	50.000		
Total do Ativo não circulante	65.200	PATROMÔNIO LÍQUIDO	
		Ativo – Passivo	46.200
		Total do Patrimônio Líquido	46.200
TOTAL DO ATIVO	67.300	TOTAL DO PASSIVO	67.300

Fonte: Adaptado de Ferreira (2006, p. 27)

O balanço tradicional procura medir a eficiência de um negócio em um determinado período. Tal balanço contém declarações de bens e de riscos e uma análise do Patrimônio Líquido que reflete o *status* financeiro do negócio. O balanço Patrimonial Pessoal também deve listar ativos, riscos e Patrimônio Líquido, porém amplia o campo de avaliação de cada categoria. (HUGHES, 2006, p. 43).

2.3.1.2 DRE – Demonstração de Resultado do Exercício

De acordo com Barros (2005, p. 227)

A Demonstração do Resultado do Exercício é apresentada de forma retificativa, ou seja, os valores de custos e despesas são deduzidos dos

valores das receitas, mostrando, assim, o resultado do exercício (lucro ou prejuízo) [...].

De maneira geral, por meio da DRE pode-se verificar se o maior objetivo foi alcançado, ou seja, se os benefícios obtidos foram maiores que os sacrifícios. (MARION, 1998).

Quadro 3: Exemplo de DRE com Lucro e outro com Prejuízo

DRE		ou	DRE	
Cia. Sucesso			Cia. Fracasso	
Receita	R\$ 9.000,00		Receita	R\$ 9.000,00
(-) Despesa	(-)R\$(4.000,00)		(-) Despesa	(-)R\$12.000,00
= Lucro	= R\$ 5.000,00		= Prejuízo	= R\$(3.000,00)

Fonte: Adaptado de Marion (1998, p. 69).

2.3.1.3 Planilhas de controle orçamentário

Buscar o equilíbrio entre renda e gastos é um desafio para a gestão das finanças pessoais. Depois de ter uma visão completa do patrimônio deve-se fazer uma organização financeira mensal alocando a renda a as despesas de uma maneira clara para uma melhor compreensão. Para Luquet (2000) ao organizar as finanças com critérios definidos e sendo bastante realista com suas receitas e despesas, se descobrirá que há mais recursos que se imagina.

De acordo com Ferreira (2006, p. 25) as receitas representam “todo o dinheiro que recebemos no período, neste caso, no mês. Em relação ao salário, deve-se considerar o valor líquido [...]”

Os gastos fixos são despesas que possuem os mesmos valores todos os meses, gastos variáveis são contas pagas todo mês, mas que podem ter seus valores diferentes de um mês para o outro e os gastos Arbitrários são todos os gastos que não se precisa fazer mensalmente. (FERREIRA, 2000, p.13).

Uma ferramenta que pode ajudar nessa organização mensal é a planilha de controle de gastos. No Quadro 4 está exemplificada uma planilha de controle completa disponibilizada pela BM&FBovespa, que possibilitada não apenas a projeção mensal, mas também anual, pois dá uma visão de todos os meses.

Quadro 4: Planilha Orçamento pessoal

		 Planilha Orçamento Pessoal											
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Mês		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Receitas	Salário												
	Aluguel												
	Pensão												
	Horas extras												
	13º salário												
	Férias												
	Outros												
	Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos													
Investimentos Insira aqui o montante mensal que você destinará aos seus investimentos	Ações												
	Tesouro Direto												
	Renda fixa												
	Previdência privada												
	Outros												
	Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	% sobre Receita	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Continua

Continuação

Despesas

Categoria	Despesa													
Fixas Aqueles que têm o mesmo montante mensalmente	Habitação	Aluguel												
		Condominio												
		Prestação da casa												
		Seguro da casa												
		Diarista												
		Mensalista												
	Transporte	Prestação do carro												
		Seguro do carro												
		Estacionamento												
	Saúde	Seguro saúde												
		Plano de saúde												
	Educação	Colégio												
		Faculdade												
		Curso												
	Impostos	IPTU												
		IPVA												
	Outros	Seguro de vida												
	Total despesas fixas		R\$ 0,00											
	% sobre Receita		#DIV/0!											

Continua

Continuação

Variáveis													
		Aqueles que acontecem todos os meses, mas podemos tentar reduzir											
Habitação	Luz												
	Água												
	Telefone												
	Telefone Celular												
	Gás												
	Mensalidade TV												
	Internet												
Transporte	Metrô												
	Ônibus												
	Combustível												
	Estacionamento												
Alimentação	Supermercado												
	Feira												
	Padaria												
Saúde	Medicamentos												
Cuidados pessoais	Cabeleireiro												
	Manicure												
	Esteticista												
	Academia												
	Clube												
Total despesas variáveis		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% sobre Receita		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Continua

Conclusão

Extras São as despesas extraordinárias, para as quais precisamos estar preparados quando acontecerem	Saúde	Médico												
		Dentista												
		Hospital												
	Manutenção/	Carro												
		Casa												
	Educação	Material escolar												
		Uniforme												
	Total despesas extras			R\$ 0,00										
	% sobre Receita			#DIV/0!										
	Adicionais Aqueles que não precisam acontecer todos os meses	Lazer	Viagens											
Cinema/teatro														
Restaurantes/bares														
Locadora DVD														
Vestuário		Roupas												
		Calçados												
		Acessórios												
Outros		Presentes												
Total despesas extras			R\$ 0,00											
% sobre Receita			#DIV/0!											
Saldo	Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Despesas fixas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Despesas variáveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Despesas extras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Despesas adicionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Saldo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: BM&FBovespa

Entende-se que com uma classificação dos gastos, se torna mais fácil separar o que é realmente necessário do que se pode cortar ou diminuir. Dando assim uma visão mais ampla para o planejamento.

2.3.1.4 Fluxo de Caixa Pessoal

Para auxiliar no controle financeiro projetando gastos e recebimentos, ou seja, ter uma base aproximada dos recebimentos e pagamentos futuros, uma das ferramentas mais adequadas é o Fluxo de Caixa Pessoal que segundo Ferreira (2006) consiste no detalhamento mensal das receitas e despesas, ou seja, entradas e saídas financeiras e sua projeção é aconselhável para o ano inteiro. O Quadro 5 demonstra um exemplo de Fluxo de Caixa Pessoal.

Quadro 5: Fluxo de caixa Pessoal

FLUXO DE CAIXA PESSOAL			
	Projetado	Realizado	Varição
RECEITAS			
Salário Líquido	1.500	1.500	0%
Vale-refeição	368	368	0%
Total de Receitas	1.868	1.868	0%
DESPESAS			
Condomínio	190	190	0%
Água, luz, gás	100	190	90%
Telefone	80	180	125%
Apartamento	300	300	0%
Alimentação	180	220	22%
Lazer	100	160	0%
Vestuário	40	40	0%
Taxas Bancárias	20	20	0%
Educação	35	35	0%
Ginástica	80	80	0%
Cabeleireiro	10	10	0%
Outros	40	40	0%
Total de Despesas	1.175	1.465	25%
SUPERÁVIT/DÉFICIT MENSAL	693	403	-42%

Fonte: Adaptado de Ferreira (2006, p.52)

Observa-se que cada uma das ferramentas citadas possui um objetivo. O Balanço Patrimonial Pessoal demonstra o patrimônio existente no momento, investimentos realizados, dívidas existentes, podendo-se assim ter uma visualização mais clara a longo prazo da destinação dada ao dinheiro recebido.

A Planilha de Controle Orçamentário divide as receitas das despesas mensais, objetivando a identificação de gastos desnecessários. Já o Fluxo de caixa Pessoal mostra os recebimentos e pagamentos mensais, realizando também a projeção futura das receitas e das despesas, permitindo o confronto entre o que foi realizado e o que foi orçado. Esses recursos permitem um controle e uma gestão financeira eficaz se levados a sério.

2.3.1.5 Softwares Financeiros

Os *softwares* financeiros estão se tornando cada vez mais usuais, segundo Frankenberg (1999, p. 172) “os programas financeiros têm múltiplos usos e servem tanto para manter em dia as contas correntes e de poupanças como os investimentos mais complexos do mercado financeiro e acionário.”

Atualmente a maioria dos bancos e instituições financeiras já adaptou seus sistemas para a utilização de programas financeiros por seus clientes em seus próprios computadores pessoais. Esses programas são chamados de “*Home Banking*” e permitem efetuar a maioria das transações que realizaria na agência bancária. (FRANKENBERG, 1999, p.172).

Esses *softwares* ajudam a controlar contas bancárias, investimentos, cartões de crédito e outros. Alguns podem controlar fluxos de caixa e fazer projeções futuras sobre as finanças. Apresenta-se exemplos de softwares financeiros: *Quicken*, *Money*, *Money Talks*, *Makey Money*, *vida*, *Hábil Pessoal*, *Financil* e *Financedeskop*. (FRANKENBERG, 1999).

2.4 TAXAS DE JUROS

De acordo com Gitman (2010, p. 247) “a taxa de juros, ou retorno requerido, representa o custo do dinheiro. É a remuneração que um demandante

de fundos deve pagar a um ofertante. Quando são emprestados fundos, o custo da captação de empréstimo é a taxa de juros.”

Para Luquet (2000) a taxa de juro é uma taxa de retorno prometida e três fatores básicos contribuem para sua formação: a moeda em que será feito o pagamento, o prazo do título e o risco de inadimplência de seu emissor.

Serão conceituadas a seguir as principais taxas de juros, o comportamento dos juros e seus dois principais formatos, simples e composto.

2.4.1 Taxa Selic: tendência futura (viés)

A taxa Selic tem sua origem do Selic que segundo Andrezo e Lima (2007, p. 137) é

um sistema eletrônico de registro, custódia e liquidação financeira de operações realizadas com títulos públicos federais. Sua criação teve grande relevância, pois representou enorme ganho em eficiência e eliminação de riscos de extravio, roubo e falsificação de papéis, além de um controle maior sobre as reservas bancárias. O Selic também permite a eliminação de riscos referentes a recebimento dos títulos dos valores devidos.

Sendo assim é por meio do Sistema Selic que a taxa Selic se forma. A partir das taxas praticadas nas negociações diárias realizadas neste sistema, obtém-se a taxa Selic, que representa um importante referencial para a formação das taxas de juros no mercado, pois ela é aceita como a taxa de juro livre de risco no Brasil por envolver títulos públicos. (ANDREZO, LIMA, 2007).

Brito (2005, p. 87) concorda com o autor citado acima explicando que

determinados títulos federais rendem taxas que representam a média das taxas operadas em transações, com um dia de vencimento, por meio de títulos públicos. Essas taxas formam a taxa Selic, que se constitui como a taxa básica para a economia. A taxa DI se aplica a operações entre instituições financeiras, geralmente para um dia (*overnight*), refletindo a expectativa da taxa Selic para o dia seguinte.

Dessa forma entende-se que a taxa Selic mostra a tendência futura do mercado financeiro.

2.4.2 TR – Taxa Referencial

De acordo com Fortuna (2005, p. 126)

a TR foi criada no Plano Collor II, com o intuito de ser uma taxa básica referencial dos juros a serem praticados no mês iniciado e não como um índice que refletisse a inflação do mês anterior. Ela substituiu o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal – BTNF, como o índice de remuneração básica da caderneta de poupança e do FGTS.

A Taxa Referencial foi criada também com outra intenção, a de dar principalmente ao pequeno poupador a certeza de receber uma remuneração no mínimo igual à taxa inflacionária. Mas seu cálculo nem sempre atende as expectativas desse pequeno investidor, devido a aplicação mensal, por parte do governo, de certos percentuais redutores que atendem a conveniências políticas do momento. (FRANKENBERG, 1999).

Mereniuk (2002, p. 56) explica [...] “que a TR tem por base a média mensal de remuneração dos CDB e RDB [...].”

2.4.3 CDI – Certificados de Depósito Interbancário

Os certificados de Depósito Interbancário são os títulos de emissão das instituições financeiras e não financeiras, sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Tem como sua principal função transferir recursos de uma instituição financeira para a outra. Em outras palavras o CDI regula o empréstimo de dinheiro entre instituições financeiras. (FORTUNA, 2005)

De acordo com Frankenberg (1999, p. 170),

esse índice, muito importante no estabelecimento da taxa de juros dos títulos de renda fixa, é estabelecido pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, Cetip, e dá o patamar (mínimo) em que são feitas as operações entre as diversas instituições financeiras. O rendimento que uma pessoa física ou jurídica recebe pelo dinheiro aplicado é medido em frações de percentual abaixo desse índice. Assim se diz que fulano recebeu x% do CDI e, desta maneira, é reconhecida uma maior ou menor rentabilidade para investidores de maior porte. Para pequenos aplicadores, tem pouco uso.

Segundo Brito (2005, p. 116) “os prazos do CDI são geralmente de um dia para CDI pré-fixado e de 30 dias para a taxa pós-fixada”. O autor ainda menciona que “o CDI de um dia é chamado no mercado financeiro de CDI Over (depósito interfinanceiro), tornando-se o custo referência de dinheiro para o dia no mercado financeiro”.

Conforme os autores citados, o CDI é uma taxa que regula as operações interbancárias, podendo também servir de base para um percentual de rendimento para investimentos.

2.4.4 Comportamento dos Juros

Os juros possuem seu comportamento baseados em fatos que ocorrem no mercado financeiro.

Hoji (2001, p. 35) explica que

as taxas de juros são determinadas no mercado financeiro, basicamente, em função da oferta e procura de recursos financeiros e cenários econômicos futuros. Podem variar em função das incertezas associadas ao risco do tomador e ao prazo.

Conforme Bodie, Kane e Marcus (2000, p. 353)

o nível das taxas de juros é, talvez, o fator macroeconômico mais importante a ser considerado na análise de investimento de uma pessoa. As previsões das taxas de juros afetam diretamente as previsões de retorno no mercado de renda fixa. Se a sua expectativa for de que as taxas aumentarão mais do que a opinião de consenso, você irá querer se afastar dos títulos de renda fixa a longo prazo.

Os autores citados explicam que a oferta e a procura dos recursos financeiros podem determinar o aumento ou diminuição nas taxas de juros e a previsão dessas taxas influenciam a escolha dos produtos do mercado financeiro.

2.4.5 Juro Simples

Segundo Hoji (2007, p. 60) “os **juros simples** são calculados proporcionalmente ao número de capitalização, sempre sobre o capital original, e são conhecidos também como juros lineares.”

Mereniuk (2002, p. 66) explica que “em um regime de juros simples ou linear, os juros são calculados somente sobre a base do capital, sem agregar novos juros sobre esta base.”

2.4.6 Juro Composto

De acordo com Figueiredo (2007, p. 48), “juros compostos são aqueles que, em cada período financeiro, a partir do segundo, são calculados sobre o montante (capital + juro) do período anterior”.

Conforme Hoji (2007, p. 61) “no regime de **juros compostos**, é indiferente se os juros são pagos a cada período de capitalização ou no final do prazo da operação, pois os juros não pagos são somados ao capital, para gerar novos juros”.

2.4.7 Taxas pré-fixadas

A taxa de juro pré-fixada não se altera durante o prazo da operação financeira (aplicação financeira ou empréstimo), mesmo existindo mais de um período de capitalização. Esta taxa é a mesma é determinada no ato da contratação das operações. (HOJI, 2001).

2.4.8 Taxas pós- fixadas

A taxa de juro é pós-fixada quando o valor efetivo do juro é calculado somente após o reajuste da base de cálculo do valor da operação. Essa taxa é conhecida no ato da contratação, mas é aplicada sobre a base de cálculo reajustada de acordo com a variação do indexador IGP-M. (HOJI, 2001).

2.5 TIPOS DE RENDIMENTOS

Nesta seção serão conhecidos os dois tipos de rendimentos mais conhecidos.

2.5.1 Renda Fixa – CDB/RDB

Os investimentos em renda fixa oferecem mais segurança e a certeza exata do valor a receber. De acordo com Frankenberg (1999, p.135) esses

investimentos “são aqueles que oferecem rendimento (taxa de juros) pré-fixado ou conhecido antecipadamente, e que, portanto, em geral não apresentam nenhuma surpresa negativa para o aplicador ou investidor.”

Segundo Assaf Neto (2006, p. 146) “existem no mercado financeiro inúmeros títulos de renda fixa, os quais se diferenciam essencialmente pela maturidade (prazo de resgate do título) e natureza do emitente”.

Sendo assim os títulos com prazo inferior a um ano são classificados como de curto prazo, e os de prazo superior a um ano, definidos como de longo prazo. (ASSAF NETO, 2006).

Os principais produtos de renda fixa são: os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e os Recibos de Depósito Bancário (RDB).

Conforme Frankenberg (1999, p. 136) os CDBs:

são emitidos apenas pelos bancos comerciais, de investimento e múltiplos. Gozam de grande confiança entre os investidores. Por serem emitidos apenas por bancos, dão maior segurança a seus aplicadores. Essa confiança maior dos investidores nos CDB decorre do fato de o Banco Central exigir dos bancos um capital mais elevado. Geralmente eles têm dado um rendimento maior do que outros instrumentos de renda fixa. Os bancos, em contrapartida, exigem uma maior aplicação mínima. Os CDB têm prazo fixo de vencimento e seu rendimento pode ser pré- ou pós-fixado. São títulos nominativos que podem ser recomprados antes do prazo final pelos próprios bancos ou endossados para terceiros. Em geral são emitidos nos prazos de 30,60 e 90 dias.

Já os recibos de depósito são praticamente idênticos aos CDB, com a diferença de que não são recomprados pelos bancos antes do prazo indicado para o vencimento. (FRANKENBERG, 1999).

Neste contexto entende-se que essa modalidade de aplicação é direcionada para as pessoas que se enquadram em um perfil mais conservador, que não desejam correr muitos riscos ou que dispunham de pouco capital.

2.5.2 Renda Variável

Os investimentos em renda variável são os que se desconhecem antecipadamente os resultados que se irá obter futuramente. São também chamados papéis de risco, pois tanto podem dar lucro como prejuízo. As mais conhecidas aplicações são em ações. (FRANKENBERG, 1999).

Segundo Assaf Neto (2006, p. 160):

as ações constituem-se em títulos representativos da menor fração do capital de uma empresa (sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia). O acionista não é um credor da companhia, mas um coproprietário com direito a participação em seus resultados.

As ações não possuem prazo de resgate, podendo ser convertida em dinheiro a qualquer tempo por meio da negociação no mercado financeiro. O investidor pode alterar sua participação acionária vendendo ou comprando ações de variadas empresas. (ASSAF NETO, 2006).

Sendo assim, entende-se que esse tipo de investimento contempla o perfil de investidores que preferem arriscar mais pela possibilidade de obter rendimentos mais significativos. Mas alerta-se que para entrar no mercado de ações deve-se obter certo conhecimento sobre ele.

2.6 MODALIDADES DE INVESTIMENTOS E EMPRÉSTIMOS/ FINANCIAMENTOS – PESSOA FÍSICA

Nesta seção serão descritas as principais modalidades de investimentos, empréstimos e financiamentos disponíveis para a pessoa física.

2.6.1 Modalidades de Investimento

Neste tópico serão apresentados os mais conhecidos e os principais tipos de investimentos.

2.6.1.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é uma aplicação financeira conservadora que oferece segurança e baixa remuneração quando comparada com outros investimentos. Sua principal vantagem é a isenção do imposto de renda. (ASSAF NETO, 2006).

Segundo Frankenberg (1999, p. 109) “praticamente em todo o mundo os primeiros valores poupados são dirigidos para a caderneta de poupança de instituições financeiras [...]”

De acordo com Assaf Neto (2006, p. 82),

as aplicações em Caderneta de Poupança apresentam alta liquidez, podendo o investidor retirar os recursos aplicados a qualquer momento. No entanto, este tipo de aplicação credita os rendimentos a cada 30 dias, na data de aniversário da caderneta (dia de abertura da conta). Se o investidor sacar os recursos aplicados em data anterior à de aniversário, perderá todos os seus rendimentos.

Segundo os autores a poupança é uma forma de investimento com baixa rentabilidade, mas é isenta do imposto de renda e possui uma alta liquidez, podendo o dinheiro aplicado ser retirado a qualquer momento.

2.6.1.2 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos de acordo com Luquet (2000, p. 92) “são *“condomínios”* que reúnem vários investidores que juntam seus recursos para aplicar em diversos ativos, como ações, CDBs etc”.

Frankenberg (1999, p.149) explica que

o fundo, por sua vez, aplica o dinheiro recebido de seus condôminos especialmente em ações de empresas de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores. A administração do fundo é exercida por uma corretora de títulos e valores mobiliários ou banco de investimentos. Os lucros ou prejuízos são divididos proporcionalmente entre os cotistas. O grupo financeiro por administrar o dinheiro, recebe como remuneração um percentual fixo predeterminado. Os fundos podem ser do tipo aberto (quando novos cotistas sempre são admitidos) ou fechado (quando apenas um determinado grupo de pessoas participa, sem a entrada de novos investidores).

Sendo assim, entende-se que os fundos de investimento é a reunião de vários investidores que se juntam para investir.

2.6.1.3 Planos de Previdência Privada aberta

São planos oferecidos por entidades de previdência complementar e companhia de seguros, os valores a serem pagos são definidos em contrato para a época da aposentadoria. (FRANKENBERG, 1999).

De acordo com Andrezo e Lima (2007, p. 307)

os planos de benefícios instituídos por essas entidades podem ser:

- a) **individuais**: acessíveis a quaisquer pessoas físicas; ou

b) **coletivos:** para pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma ou várias pessoas jurídicas contratantes. Nesses planos [...] uma entidade representativa de pessoas jurídicas contrata plano previdenciário coletivo para grupos e pessoas físicas vinculadas a suas filiais. Esses grupos podem ser constituídos por uma ou mais categorias específicas de empregados de um mesmo empregador, podendo abranger empresas coligadas, controladas ou subsidiárias, e por membros de associações legalmente constituídas, de caráter profissional ou classista, e conjugues ou companheiros e dependentes.

Os Planos de Previdência Privada Aberta podem ser programados para diversos períodos de tempo e podem vir acoplados de seguros de vida e outros benefícios. Devem-se analisar quais desses benefícios adicionais são realmente importantes e vantajosos, pois representam um custo extra na contribuição mensal escolhida. Sendo assim, após a análise o investidor deve escolher um valor referente à contribuição mensal que melhor se acomode no seu bolso. (FRANKENBERG, 1999).

2.6.1.3.1 PGBL

De acordo com Andrezo e Lima (2007) o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) foi criado em 1997, sendo um plano de previdência privada instituído por entidade aberta de previdência complementar e o prazo de contribuição é escolhido pelo participante. Os pagamentos efetuados ao plano são denominados contribuições e os valores recebidos são chamados de benefícios.

Esse plano pode variar em valor e tempo de contribuição e não dá uma garantia mínima de rentabilidade. O investidor pode escolher as características principais da aplicação e não há imposto de renda sobre o ganho de capital. O incentivo fiscal fica limitado a 12% da soma de todas as fontes tributáveis de rendimento do investidor pessoa física. (FRANKENBERG, 1999).

As contribuições para o PGBL são dedutíveis da base de cálculo do IRPF devido, até o limite de 12% do total dos rendimentos tributáveis. A tributação é diferida, pois ocorrerá no momento da concessão dos benefícios e sobre o valor total recebido. Sendo assim, esse plano é recomendado para assalariados que sofrem retenção e IR na fonte devido ao incentivo fiscal. (ANDREZO, LIMA, 2007).

2.6.1.3.2 VGBL

O plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) foi criado em 2001, é instituído por sociedade seguradora, por se tratar de um seguro de vida e os pagamentos efetuados ao plano são denominados prêmios. Seu prazo de contribuição é definido pelo participante e o valor pago por esse plano é chamado de capital segurado. (ANDREZO, LIMA, 2007).

De acordo com Fortuna (2005, p. 524), esse plano “[...] é quase um clone do PGBL. As diferenças estão no tratamento fiscal e na possibilidade de a pessoa comprar, junto com o plano de aposentadoria complementar, um seguro de vida”.

Andrezo e Lima (2007) relatam que nesse tipo de plano os valores pagos não são dedutíveis da base de cálculo do IRPF devido referente ao período da aplicação dos recursos. Os autores complementam que a tributação de dará no momento do resgate ou recebimento dos valores e somente sobre os rendimentos obtidos.

O público alvo do VGBL é formado pelas pessoas isentas de Imposto de Renda ou que fazem a declaração no formulário simplificado, no caso dos autônomos, ou ainda, para aqueles que desejam aplicar um valor superior ao limite dedutível, nesse caso 12%. (FORTUNA, 2005).

2.6.1.4 Planos de Previdência Privada fechada

Frankenberg (1999) explica que esses planos são patrocinados por sociedades civis ou fundações, geralmente empresas brasileiras públicas e privadas que, por meio de planos complementares, oferecem aos seus funcionários certos benefícios para a sua aposentadoria. O autor ainda complementa que esses planos geralmente estabelecem duas formas de contribuição financeira, uma por parte do empregador e a outra voluntária por parte do funcionário.

O regime de previdência complementar é operado por entidades fechadas e são direcionados exclusivamente aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas; aos servidores da União, Estados, Distrito Federal e

Municípios; e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial. (ANDREZO, LIMA, 2007).

Para Andrezo e Lima (2007, p. 305)

as entidades fechadas devem ser fundações ou sociedades civis, sempre sem fins lucrativos, que podem ser constituídas por:

- Patrocinadores: empresa ou grupos de empresas, União, Estados, Distrito Federal ou Municípios. Nesses casos, tem-se os fundos de pensão patrocinados;
- Instituidores: pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, como, por exemplo, sindicatos, cooperativas, conselhos de profissionais liberais e associações de classe. Nesses casos, tem-se a denominada previdência associativa ou os fundos de pensão instituídos.

Esses planos conforme Frankenberg (1999, p. 166) “servem para a formação de um fundo que se constituirá em fonte futura de complementação de aposentadoria”.

2.6.1.5 Tesouro Direto

A partir de 01/2002, tornou-se possível a compra e a venda de títulos públicos federais por pessoas físicas via internet, intermediadas por uma instituição cadastrada no Tesouro, como Agente de Custódia. (FORTUNA, 2005).

O Tesouro Nacional (2012) explica que

os títulos públicos são ativos de renda fixa que se constituem em boa opção de investimento para a sociedade. Os títulos públicos possuem a finalidade primordial de captar recursos para o financiamento da dívida pública, bem como para financiar atividades do Governo Federal, como educação, saúde e infraestrutura.

O Tesouro Direto é um programa de venda de títulos a pessoas físicas desenvolvido pelo Tesouro Nacional, em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. (TESOURO NACIONAL, 2012).

2.6.1.6 Debêntures

As debêntures são formas de investimentos e de acordo com Frankenberg (1999, p. 141)

elas são títulos emitidos por sociedades anônimas, que pagam juros e são reconvertidos em dinheiro, decorrido um certo prazo preestabelecido. Podem também ser convertida em ações dessas mesmas sociedades anônimas, a um preço préconvencionado, desde que as regras de suas emissões mencionarem essa possibilidade. Pode-se dizer que as debêntures são empréstimos feitos junto a investidores individuais e institucionais.

Segundo Assaf Neto (2006, p. 61)

[...] a debênture pode prever ao investidor participação nos lucros da Sociedade emissora, determinado por meio de um percentual fixado incidente sobre seus resultados. Algumas emissões, ainda, podem oferecer um prêmio pelo reembolso aos investidores, equivalente a uma remuneração adicional, visando ajustar os rendimentos do título às condições do mercado à época de sua distribuição.

Nesse contexto, entende-se que as debêntures são títulos emitidos por sociedades anônimas, podem ser convertidos em ações e podem dar ao investidor participação nos lucros da sociedade emissora.

2.6.1.7 Ações

Em linhas gerais segundo Fortuna (2005, p. 559) “uma ação representa a menor parcela do capital social de uma sociedade por ações”. Conforme informações da BM&FBovepa (2012) “comprar ações significa ter “pedaços” de uma empresa e se tornar sócio dela”.

As ações podem ser ordinárias ou preferenciais. (FORTUNA, 2005).

De acordo com Frankenberg (1999, p. 145) “as ações ordinárias proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto nas assembleias gerais”.

Já as ações preferenciais não conferem direito a voto nas assembleias, mas garantem ao acionista prioridade no recebimento de dividendos, geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias, e no reembolso do capital, em caso de dissolução da sociedade. (FRANKENBERG, 1999).

Os dividendos são conceituados por Fortuna (2005, p. 567) como “[...] a distribuição de parte dos lucros de uma empresa, em moeda, aos seus acionistas. Por lei, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício devem ser distribuídos os acionistas”.

2.6.1.8 Imóveis

Investir em imóveis (casas, apartamentos, salas comerciais e terreno) quase sempre é rentável, pois em longo prazo esse tipo de investimento tende a se valorizar em uma venda futura ou se tornar uma fonte de renda através da locação.

Ao comprar um imóvel com a intenção de alugá-lo futuramente, como exemplo um prédio, deve-se prestar atenção na localização, estacionamento, vizinhança; observar se há muitos imóveis para alugar na região, isso pode ser um sinal de mau negócio. Ou seja, levantar todas as informações possíveis para que esse investimento traga renda e não apenas custos. (FRANKENBERG, 1999).

Sendo assim, entende-se que antes de se investir em imóveis deve-se analisar a relação de custo e benefício, para a certificação de que realmente é um bom investimento.

2.5.2 Modalidades de Empréstimos e Financiamentos

Neste tópico apresentam-se as principais modalidades de empréstimos sendo: cheque especial, cartão de crédito, empréstimo consignado, financiamento de veículo, financiamento habitacional e crediário em lojas.

2.5.2.1 Cheque Especial

O cheque especial é um limite financeiro de acesso imediato disponibilizado dentro das contas correntes sendo previamente estabelecido pelas instituições financeiras. Segundo Frankenberg (1999) trata-se de um instrumento utilizado para que a conta corrente possa trabalhar com saldo negativo, tendo uma cobrança de juros significantes.

Uma das mais comuns operações de crédito, o cheque especial disponibiliza recursos imediatos à liquidez, possuindo um forte atrativo mercadológico como produto de relacionamento para o consumidor, mas em contra partida dos benefícios, está a sua alta taxa de juros. (MERENIUK, 2002).

Fortuna (2005, p. 185) explica que “os juros sobre esse produto são calculados diariamente sobre o saldo devedor e cobrados, normalmente, no primeiro dia útil do mês seguinte ao de movimentação”.

Frankenberg (1999, p.164) aconselha que:

do ponto de vista do cliente, pagar menos juros e taxas, sempre que possível, será uma opção bem melhor. Por outro lado, ter disponível um crédito em potencial na conta corrente é uma ótima forma de obter, de modo rápido e sem burocracia, dinheiro para os imprevistos. A análise do custo-benefício das diversas formas de obtenção de crédito deve ser feita por cada cliente individualmente. Um fator importante será manter o controle constante sobre o total da dívida dos juros que estejam sendo debitados mensalmente pelo banco.

Sendo assim entende-se que o cheque especial deve ser utilizado para emergências e de forma controlada e prudente, para não passar de ajuda para transtorno, devido a seus juros elevados por conta da sua acessibilidade.

2.5.2.2 Cartão de crédito

O cartão de crédito é uma das modalidades de empréstimo mais comuns e utilizadas, pois garante o recebimento para o comerciante e dispensa a burocracia da abertura de crediário.

Ele é um documento de identificação que legitima o usuário a efetuar compras em estabelecimentos credenciados, pelo preço a vista, para posterior pagamento à administradora de cartões de créditos, além de poder realizar saques em equipamentos eletrônicos mediante incidência de encargos financeiros. (ANDREZO e LIMA, 2007).

Segundo Frankenberg (1999, p. 162):

o cartão de crédito é um dos modernos serviços oferecidos pelos bancos e por empresas especializadas em administrar este instrumento de crédito [...]. O cartão de crédito tem substituído o dinheiro e o cheque em inúmeras transações comerciais, e é chamado também de dinheiro de plástico por essa razão. Para o comerciante, é uma forma de incrementar as vendas e um modo de receber seu dinheiro em curto prazo, garantido pela administradora do cartão. Para o possuidor do cartão, é uma forma de adquirir um produto, bem ou serviço sem ter que desembolsar dinheiro de imediato ou emitir um cheque.

Diante disso Paschoarelli (2006, p. 76) afirma que,

o cartão de crédito é extremamente prático e útil para quem sabe usá-lo. Por outro lado, para aquelas pessoas que não sabem controlar seus impulsos de gastar, o cartão de crédito torna-se uma perigosa armadilha

e a melhor coisa que uma pessoa com essa característica pode fazer é inutilizá-lo.

Entende-se que dessa forma, o cartão de crédito pode ser uma ótima maneira para se comprar, por ser prático, permitindo o parcelamento sem o pagamento de juros. Mas o seu uso deve ser gerenciado com cuidado, pois se a fatura não é paga integralmente pode acarretar transtornos e o pagamento de altas taxas de juros.

2.5.2.3 Empréstimo Consignado

O empréstimo consignado é uma modalidade de empréstimo onde as parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento.

De acordo com Fortuna (2005, p. 194),

o empréstimo em consignação, com desconto das prestações diretamente na folha de pagamento, foi regulamentado por meio da Lei 10.820, de 17/12/03. O empréstimo consignado tem a grande vantagem de oferecer taxas de juros baixas. O juro menor é resultado do baixo risco de inadimplência assumido pelos bancos, já que o pagamento é feito diretamente pela empresa.

Essa modalidade de empréstimo possui uma desvantagem com relação à impossibilidade de escolher o dia do vencimento das prestações, devido à ligação com o desconto direto em folha. (FORTUNA, 2005).

2.5.2.4 Financiamento de Veículos

Atualmente o financiamento é o meio mais conhecido para a aquisição de um carro.

Adquirir um automóvel sem recorrer a financiamento, seria o melhor, pois não se teria as pesadas prestações. Mas se não for possível, é aconselhável dar uma entrada significativa para diminuir o valor das parcelas, sendo assim diminuindo também o valor financiado, havendo o pagamento de menos juros. (FRANKENBERG, 1999, p. 380).

De acordo com Frankenberg (1999, p. 380), “o importante é conhecer perfeitamente a taxa de juros que será utilizada no cálculo das prestações.”

Conforme citado, o melhor para a aquisição de um carro é o pagamento a vista, mas se não for o caso, deve-se pesquisar os preços, prestações e taxas de financiamento.

2.5.2.5 Leasing

O leasing é um arrendamento mercantil operado por sociedades de arrendamento mercantil, sob a supervisão do Banco Central. Não se trata de um empréstimo, mas de uma espécie de financiamento em longo prazo com a opção de compra ao final do contrato. Nessa modalidade, paga-se uma das taxas mais baixas de financiamento, além do aproveitamento de alguns benefícios fiscais. (HOJI, 2007).

De acordo com Gitman (2010, p. 615) “o arrendamento (ou leasing) permite que uma empresa obtenha o direito de uso de determinados ativos, em troca de uma série de pagamentos contratuais, periódicos e dedutíveis para fins do imposto de renda”.

2.5.2.6 Financiamento Habitacional

A modalidade de financiamento utilizada para a aquisição de um imóvel é o financiamento habitacional. Segundo Amorim (1988, p. 48) “[...] é melhor comprar uma casa do que pagar aluguel.”

Mas para a realização desse tipo de financiamento Frankenberg (1999, p. 335) aconselha que:

Deve-se conhecer bem as receitas brutas pessoais e/ ou da família, as despesas fixas do orçamento existentes e as sobras mensais, para confrontá-las com as prestações a serem pagas na aquisição do imóvel. O ideal seria que houvesse previamente uma reserva substancial de dinheiro em caderneta de poupança ou outro tipo de investimento de renda fixa de pequeno risco. Apenas uma parte desse capital seria utilizado para a compra do imóvel, guardando-se o saldo para fazer face às prestações em meses em que o salário não fosse suficiente.

Nesse contexto, os autores explicam que se devam analisar as receitas e as despesas para se certificar se é possível o pagamento das parcelas para que futuramente o financiamento não passe da realização de um sonho para a aquisição de um transtorno financeiro.

2.5.2.7 Crediário em lojas

Os crediários são operações realizadas diretamente entre as lojas comerciais e os consumidores. Ceccon (1985, p. 123) explica que

o crediário possibilita as aquisições de artigos, que, de outra maneira, não estariam ao seu alcance. Porém, muitas vezes, pode converter-se numa arma ofensiva. Isto ocorre quando os que se servem das compras a prestações, não planificam essas compras. É comum o caso de ver muitas pessoas em dificuldades por ter-se excedido nas prestações.

De acordo com Paschoareli (2006, p. 21) “quem compra bens à prestação paga em juros o suficiente para comprar duas ou três vezes o que acabou de adquirir”.

Para Cerbasi (2005) o crediário em loja só deve ser utilizado em último caso, quando as outras alternativas de crédito mais baratas estiverem esgotadas. Nesse caso é melhor entrar em um financiamento do que pagar com cartão de crédito e correr o risco de não conseguir honrar com as faturas e rolar a dívida com juros bem maiores.

Na fundamentação teórica abordou-se alguns dos principais conceitos contábeis e de finanças, citou-se as diversas ferramentas de controle e gestão que a contabilidade pode disponibilizar para as pessoas físicas, além de apresentar algumas das variadas formas de investimentos, empréstimos e financiamentos. O próximo capítulo mostrará os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Essa pesquisa tem como principal finalidade mostrar como os contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá - SC administram sua vida financeira.

Objetivando também constatar se os mesmos utilizam o conhecimento contábil que possuem para planejar e organizar seus rendimentos e despesas, se valendo das ferramentas disponibilizadas pela contabilidade.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A pesquisa foi realizada com os contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá/SC. Sendo uma cidade pequena, com poucos escritórios de contabilidade, levantou-se uma população total de 7 contadores formados e devidamente registrados no CRC.

Devido ao número de participantes ser pequeno foi possível a realização de um censo. Onde na pesquisa utilizou-se um questionário, que foi entregue pessoalmente a cada contador. Todos se prontificaram a responder.

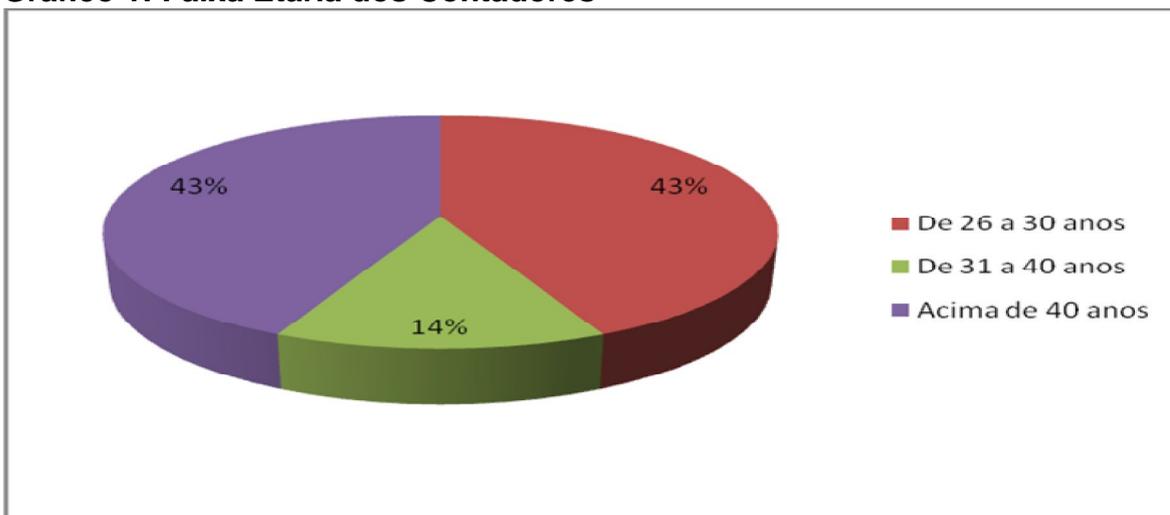
Dessa forma, são explanados a seguir os dados coletados.

3.2 INDICADORES PESSOAIS DOS PESQUISADOS

Nesta seção estão dispostas informações referentes aos dados pessoais dos pesquisados como faixa etária, gênero, estado civil e tempo de profissão.

a) Faixa Etária

No Gráfico 1 identifica-se a faixa etária dos contadores participantes da pesquisa.

Gráfico 1: Faixa Etária dos Contadores

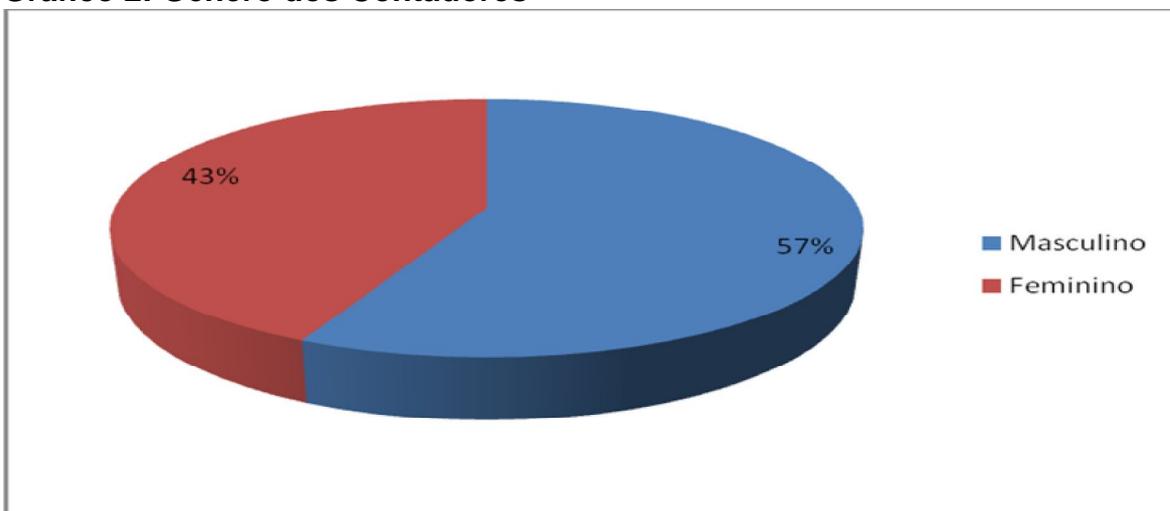
Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que 43% dos contadores possuem idade entre 26 e 30 anos, 14% dos pesquisados entre 31 e 40 anos e 43% possuem idade acima de 40 anos. Nenhum indivíduo apresentou idade menor que 25 anos.

Essas respostas mostram uma população com boa maturidade e com predominância de indivíduos com mais de 30 anos.

b) Gênero

O Gráfico 2 evidencia a proporção da população pesquisada, com relação ao gênero.

Gráfico 2: Gênero dos Contadores

Fonte: Elaborado pela autora.

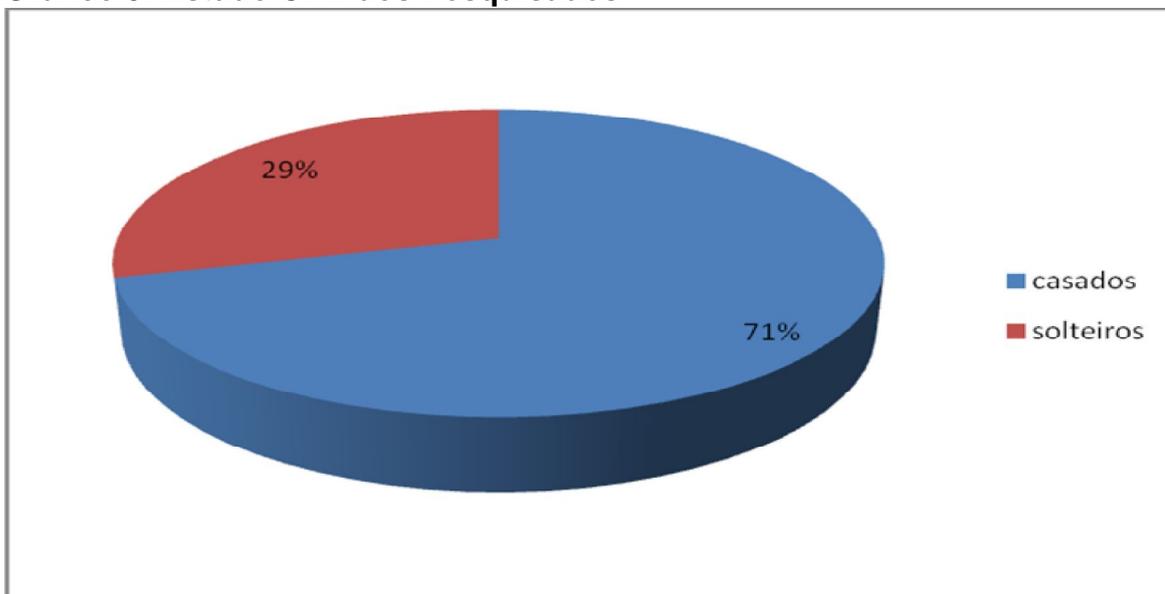
Os dados referentes aos gêneros dos pesquisados evidenciam que 57% dos indivíduos são do gênero masculino e 43% do gênero feminino.

Esses dados mostram que cada vez mais a disparidade entre os gêneros, no campo profissional, está diminuindo. Em outro cenário de alguns anos atrás, seria identificada a predominância do gênero masculino.

c) Estado Civil

A ilustração a seguir mostra o estado civil da população pesquisada.

Gráfico 3: Estado Civil dos Pesquisados



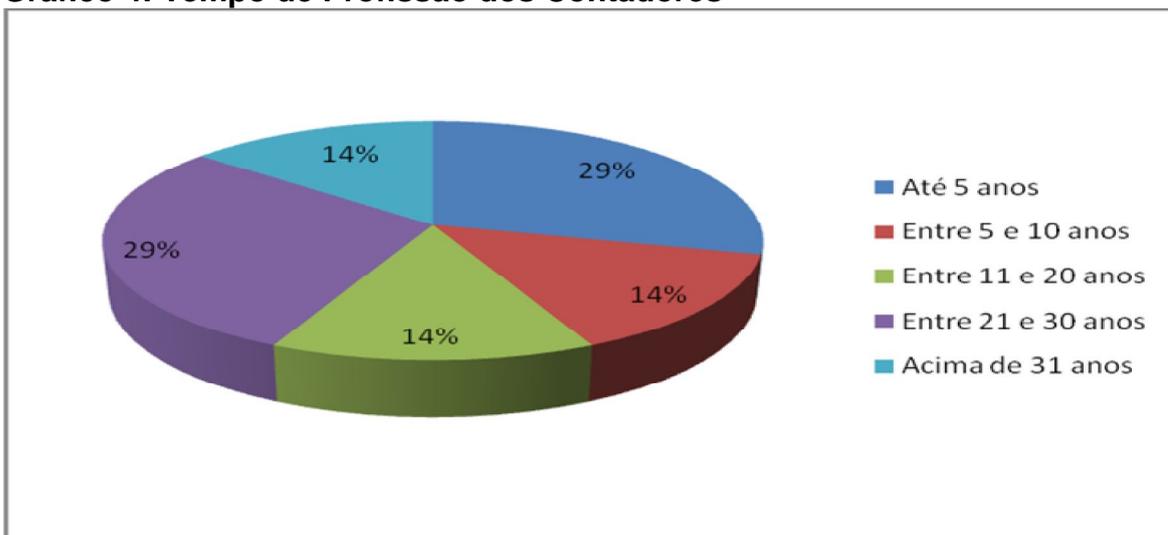
Fonte: Elaborado pela autora.

Esse item mostra que dos indivíduos questionados, 71% são casados e apenas 29% indivíduos solteiros.

Esse dado sinaliza que a grande maioria possui uma vida com mais compromissos pessoais e com outras responsabilidades, além das profissionais.

d) Tempo de Profissão

O seguinte Gráfico demonstra o tempo de profissão dos indivíduos pesquisados.

Gráfico 4: Tempo de Profissão dos Contadores

Fonte: Elaborado pela autora.

As informações obtidas evidenciam que 29% dos indivíduos possuem um tempo de profissão de até 5 anos e outros 29% entre 21 e 30 anos. As outras respostas como entre 5 e 10 anos, entre 11 e 20 anos e acima de 31 anos, compartilham o mesmo percentual de 14%.

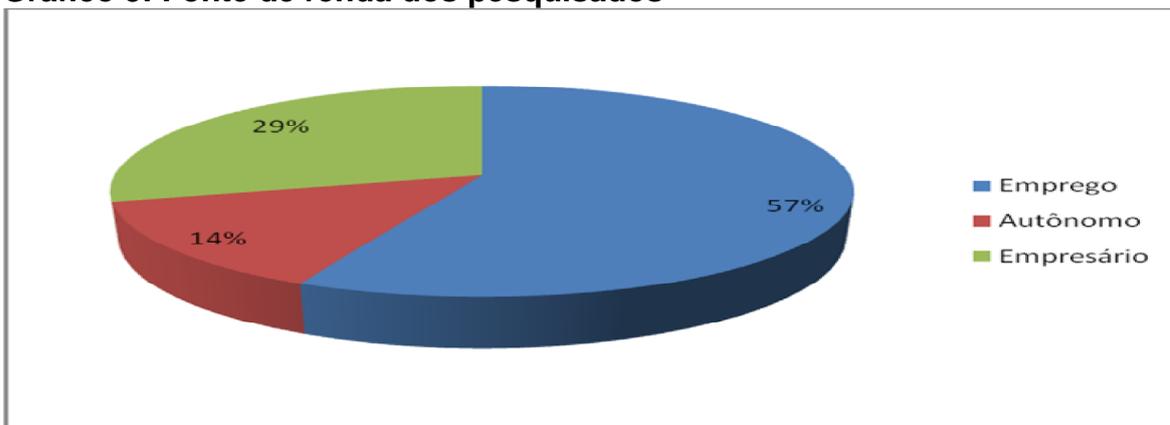
Esses números mostram certo equilíbrio entre a população pesquisada com relação ao tempo de profissão.

3.3 INDICADORES DE RENDA

Neste tópico, evidenciam-se os indicadores de renda da população pesquisa com questionamentos referentes à fonte de renda e a faixa de renda pessoal.

a) Fonte de renda

Por meio da ilustração a seguir pode-se visualizar a fonte de renda dos pesquisados.

Gráfico 5: Fonte de renda dos pesquisados

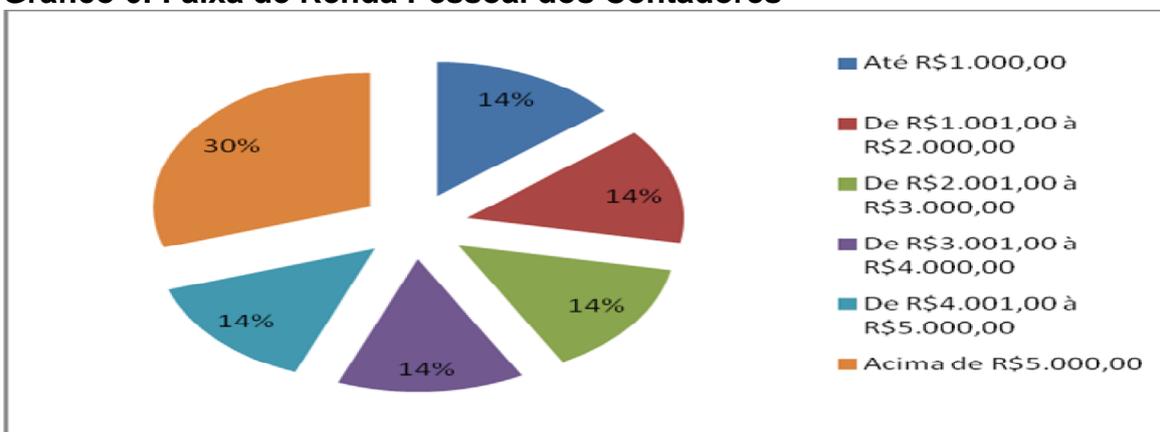
Fonte: Elaborado pela autora.

As informações obtidas revelam que a maioria auferia renda por meio empregatício, sendo 57% dos indivíduos. A pesquisa apresentou que 29% dos indivíduos são empresários e apenas 14% autônomos.

Dessa forma, os dados apontam que a maioria da população trabalha para o dinheiro, empregados e autônomos. Tendo-se apenas um percentual de 29% de indivíduos como empresários e nenhum como investidor, população essa que se encontra na condição do dinheiro trabalhar por eles. Evidenciando assim, que a população questionada não possui característica empreendedora e menos ainda investidora.

b) Faixa de Renda Pessoal

Por meio dos questionamentos, obteve-se a faixa de renda dos contadores pesquisados.

Gráfico 6: Faixa de Renda Pessoal dos Contadores

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, por meio das informações evidenciadas, observa-se que 30% dos profissionais questionados possuem um rendimento pessoal acima de R\$5.001,00. As outras faixas de renda de até R\$1.000,00; de R\$1.001,00 à R\$2.000,00; de R\$2.001,00 à R\$3.000,00; de R\$3.001,00 à R\$4.000,00 e de R\$4.001,00 à R\$5.000,00, compartilham o mesmo percentual de 14% dos indivíduos.

Essa variação nas importâncias recebidas pode condizer com o tempo de profissão, onde também apresenta certa variação nos percentuais, sinalizando que a população possui sua faixa de renda de acordo com o tempo de trabalho na profissão e sua experiência.

3.4 PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL

Este tópico da pesquisa mostra como a população pesquisada planeja e controla sua vida financeira, se estabelece objetivos, se estipula um tempo para atingi-los ou ainda se utiliza alguma ferramenta e gestão.

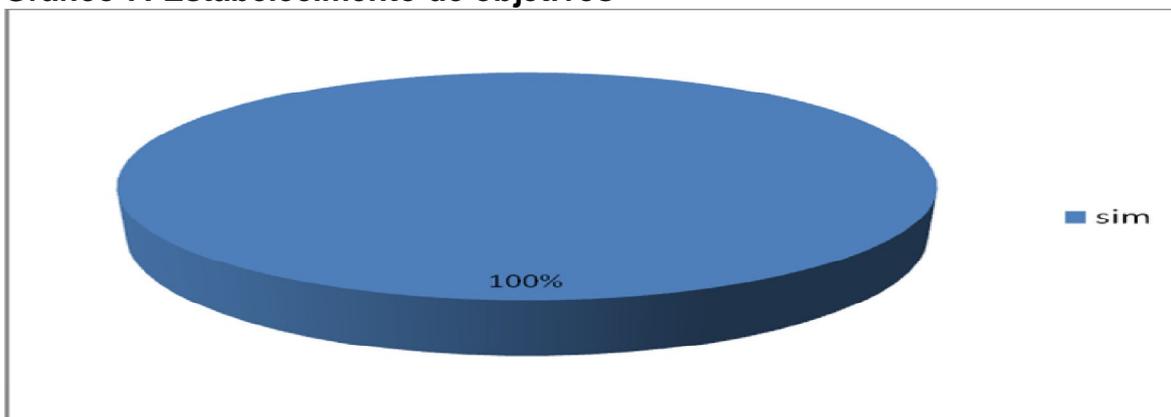
As perguntas também buscaram saber como as receitas e as despesas são gastas e controladas, respectivamente.

a) Objetivos

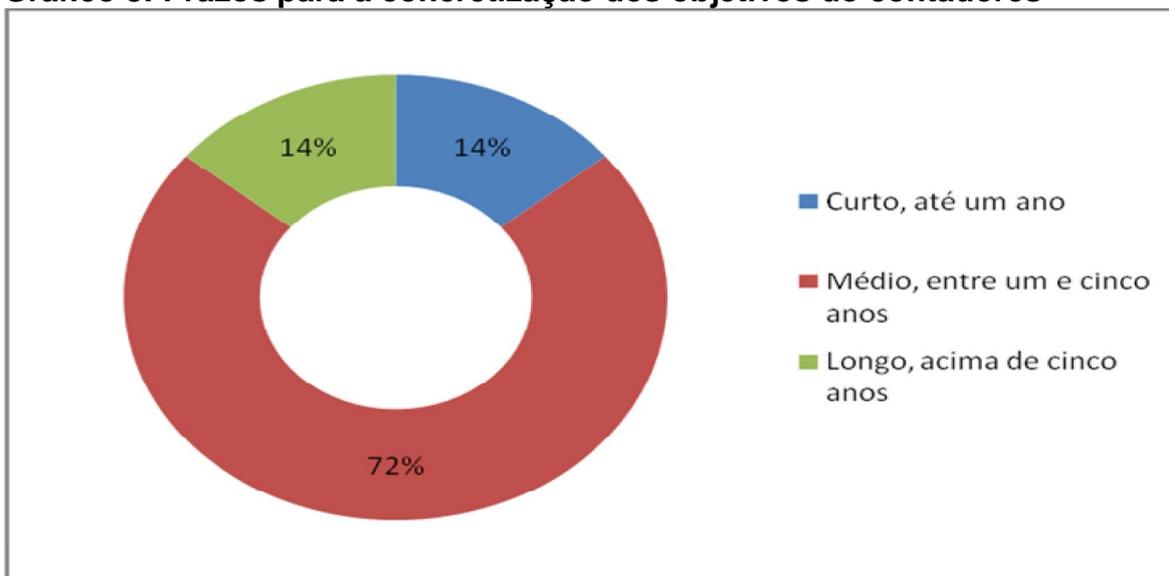
Foram formuladas duas perguntas, uma com o intuito de saber se os indivíduos pesquisados estabelecem objetivos para suas vidas financeiras e outra com relação ao prazo para a realização dos mesmos.

Os Gráficos 7 e 8 mostram os dados obtidos.

Gráfico 7: Estabelecimento de objetivos



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 8: Prazos para a concretização dos objetivos do contadores

Fonte: Elaborado pela autora.

Toda a população confidenciou que estabelece objetivos, o que muda é o prazo para a realização dos mesmos.

Com relação aos prazos evidenciados no gráfico 8, 72% dos pesquisados respondeu que seus objetivos financeiros são estipulados para um prazo médio, entre um e cinco anos; 14% um prazo curto de até um ano e outros 14% responderam que seus objetivos têm prazo de concretização para um período médio (entre um e cinco anos) e longo (acima de cinco anos).

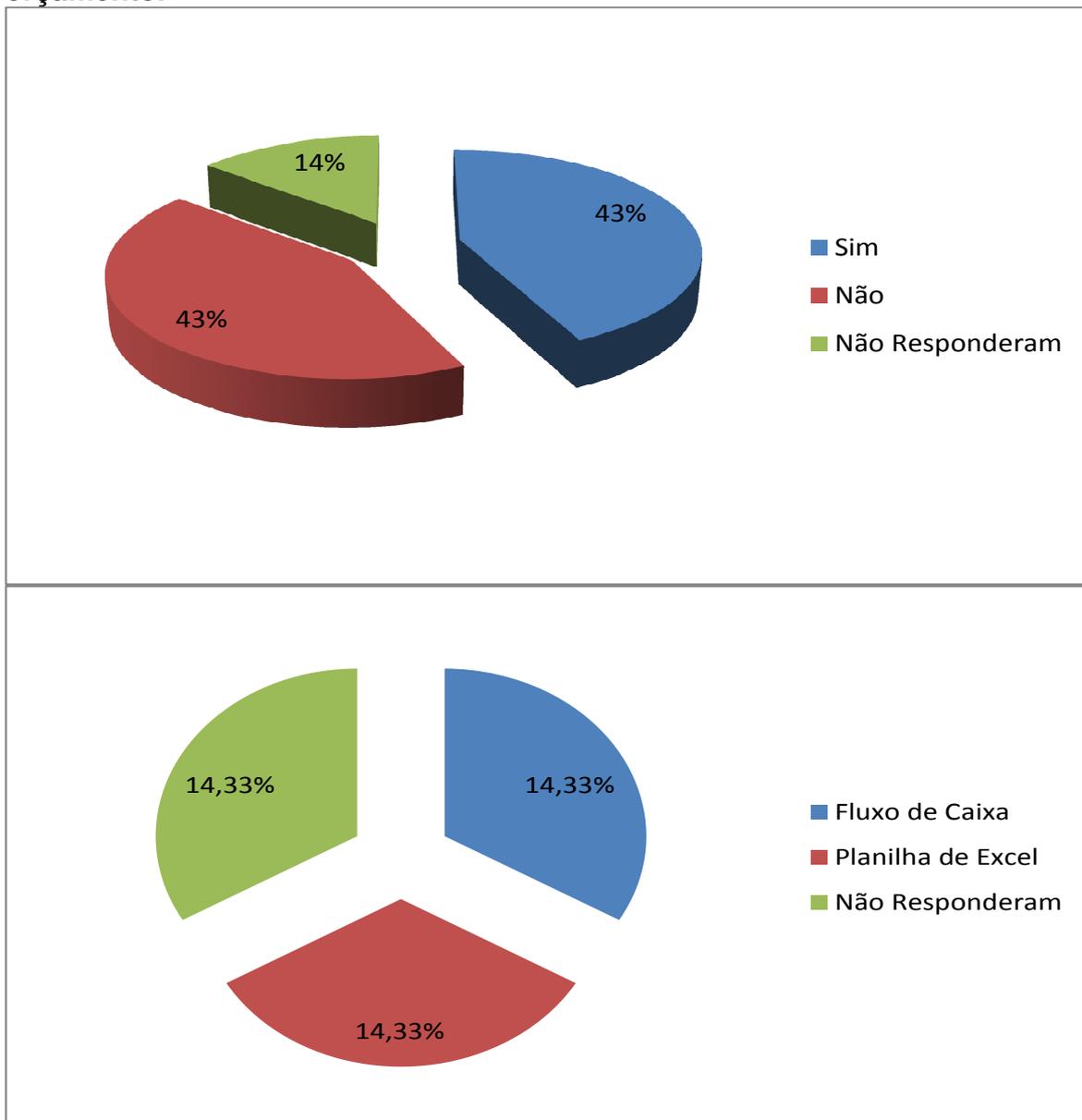
Por meio destes dados compreende-se que os pesquisados traçam objetivos para suas vidas financeiras, em sua maioria a um prazo médio, pensados para um período nem tão curto e nem tão longo.

b) Ferramentas de gestão e projeção do orçamento

Os contadores foram indagados se utilizavam, ou não, alguma ferramenta de gestão para projetar seus orçamentos, qual era e para que período era estimada essa projeção.

Essas respostas são ilustradas a seguir pelos Gráficos 9,10 e 11.

Gráfico 9: Utilização de uma ferramenta de gestão para a projeção do orçamento.



Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira parte do gráfico ilustra o percentual referente à utilização ou não de uma ferramenta de gestão para a projeção do orçamento. Conforme mostrado acima 43% dos pesquisados afirmam utilizar algum tipo de ferramenta para a projeção de seu orçamento, outros 43% não utilizam e 14% não responderam a essa questão.

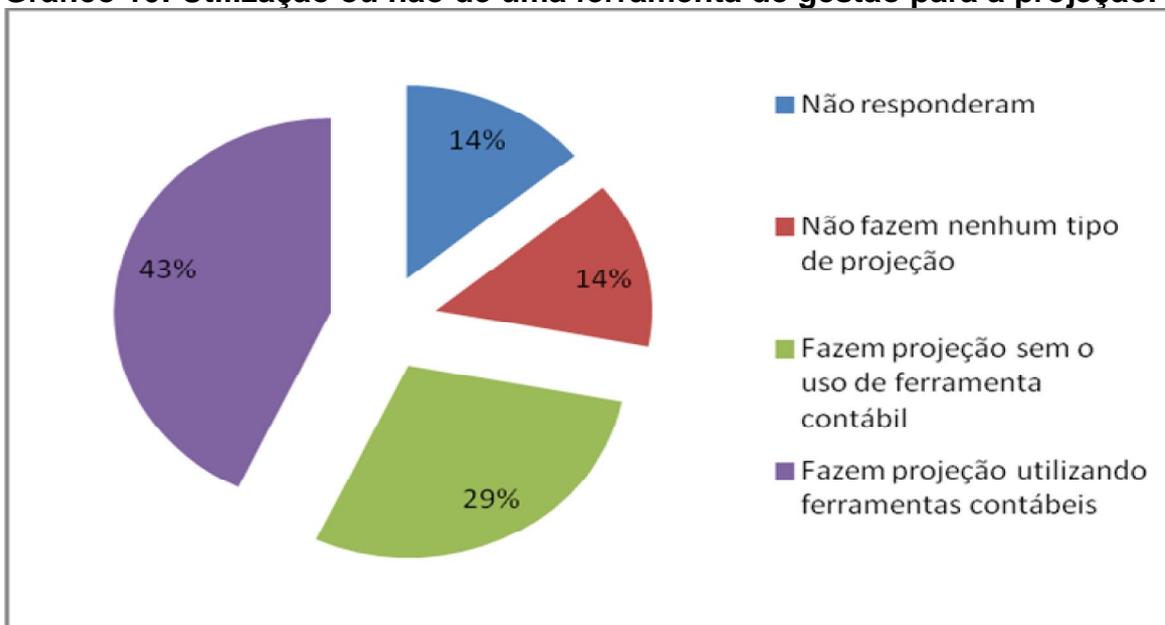
Na segunda parte do Gráfico são explanados os tipos de ferramentas utilizadas, onde 43% responderam que usavam algum tipo de ferramenta de

gestão para projetar seu orçamento; 14,33% utilizam o Fluxo de caixa; 14,33% a Planilha de Excel e os outros 14,33% não especificaram a ferramenta empregada.

No entanto, a não utilização de uma ferramenta de gestão para a projeção do orçamento dos pesquisados não quer dizer que eles não projetem seus orçamentos. Mas apenas que o fazem de outra forma que não foi especificada na pesquisa, sem usufruir dos conhecimentos contábeis que possuem.

O Gráfico 10 demonstra isso.

Gráfico 10: Utilização ou não de uma ferramenta de gestão para a projeção.



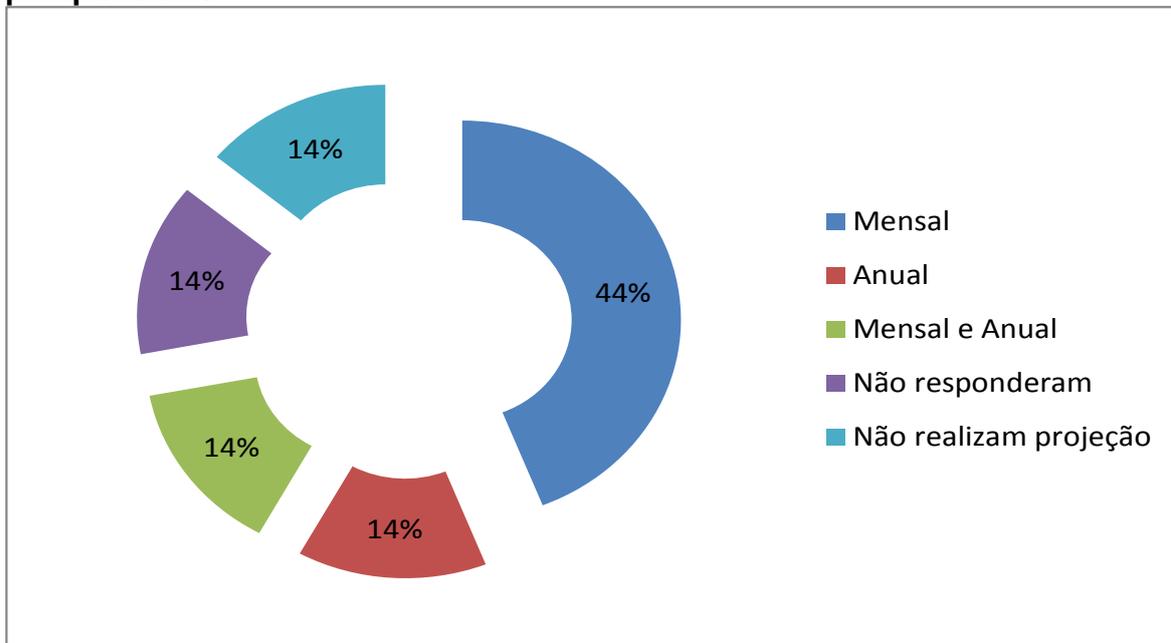
Fonte: Elaborado pela autora.

Nos dados ilustrados 43% dos contadores questionados projetam seu orçamento com a ajuda de uma ferramenta de gestão e 29% fazem projeção orçamentária sem o uso de qualquer ferramenta. Compartilham o mesmo percentual de 14% os que não fazem nenhum tipo de projeção orçamentária e os que não responderam.

Os dados informados apresentam a pouca utilização dos recursos de gestão disponibilizados para a projeção de orçamento, demonstrando que a classe contábil pesquisada não costuma usar ferramentas para projetar seu orçamento.

Essas projeções possuem previsões estimadas para serem realizadas, o Gráfico 11 irá mostrar os períodos questionados.

Gráfico 11: Previsão do período estimado das projeções orçamentárias dos pesquisados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

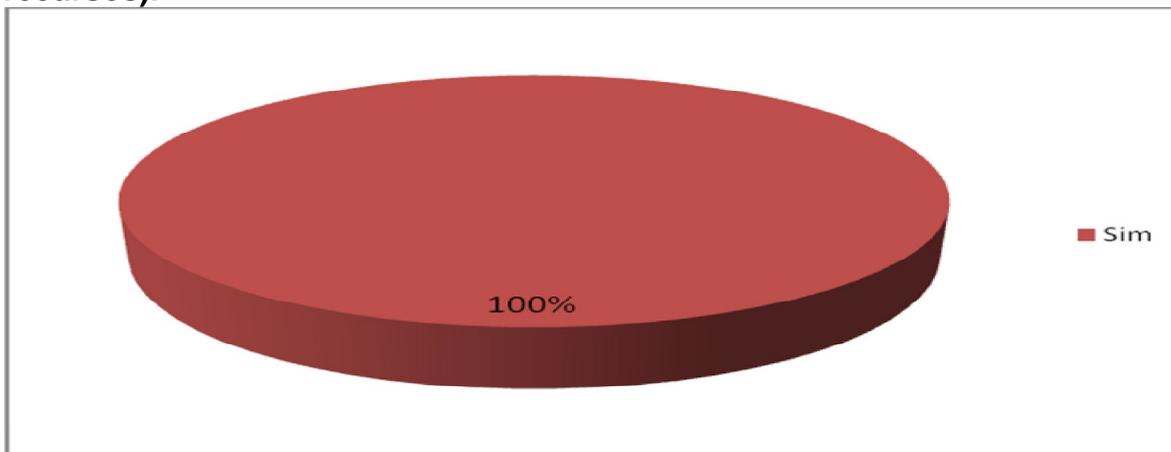
Os percentuais evidenciam que 44% dos pesquisados realizam as projeções para períodos mensais. Compartilhando do mesmo percentual de 14% estão às opções anual, mensal e anual, além dos que não responderam e dos que não realizam projeção.

c) Controle/organização do fluxo financeiro (entradas e saídas de recursos).

Foi perguntado aos pesquisados se eles tinham o hábito de controlar e organizar seus fluxos financeiros, ou seja, as entradas e saídas de recursos.

As respostas obtidas são explanadas no Gráfico 12.

Gráfico 12: Controle/organização do fluxo financeiro (entrada/saída de recursos).



Fonte: Elaborado pela autora.

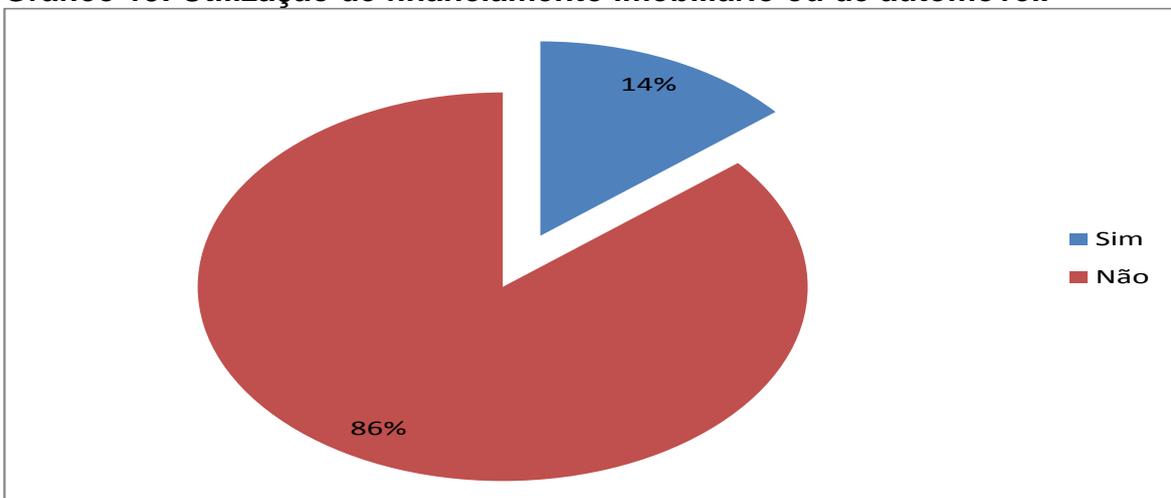
Diante do Gráfico tem-se uma resposta positiva, onde 100% dos contadores que responderam ao questionário confirmaram que controlam e organizam seus fluxos de caixas. Isso mostra que os mesmos controlam o que recebem e o que gastam.

d) Financiamento imobiliário ou de automóvel.

Foi questionado aos contadores se eles possuíam financiamento imobiliário ou de automóvel.

A ilustração a seguir mostra as respostas obtidas com a pergunta.

Gráfico 13: Utilização de financiamento imobiliário ou de automóvel.



Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria dos participantes da pesquisa, cerca de 86%, responderam que não possuem nenhum tipo de financiamento imobiliário ou de automóvel e 14% confirmaram a utilização dos mesmos.

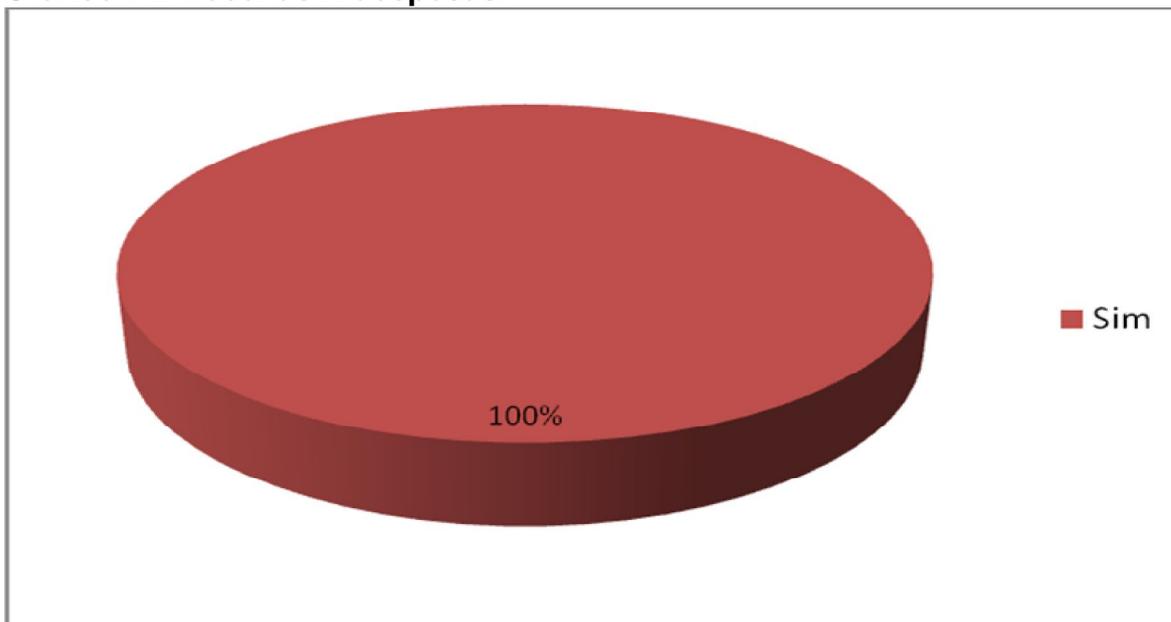
Os percentuais conseguidos mostram que a população pesquisada, em seu geral, não está usando no momento financiamentos para conseguir a casa própria e nem o seu carro.

e) Receitas X Despesas

Na pesquisa foi perguntado aos contadores se as receitas auferidas eram suficientes para suprir as despesas.

O Gráfico 14 demonstra as respostas dos mesmos.

Gráfico 14: Receitas X despesas.



Fonte: Elaborado pela autora.

Todos afirmaram que as receitas obtidas suprem as despesas realizadas, o que representa 100% dos pesquisados.

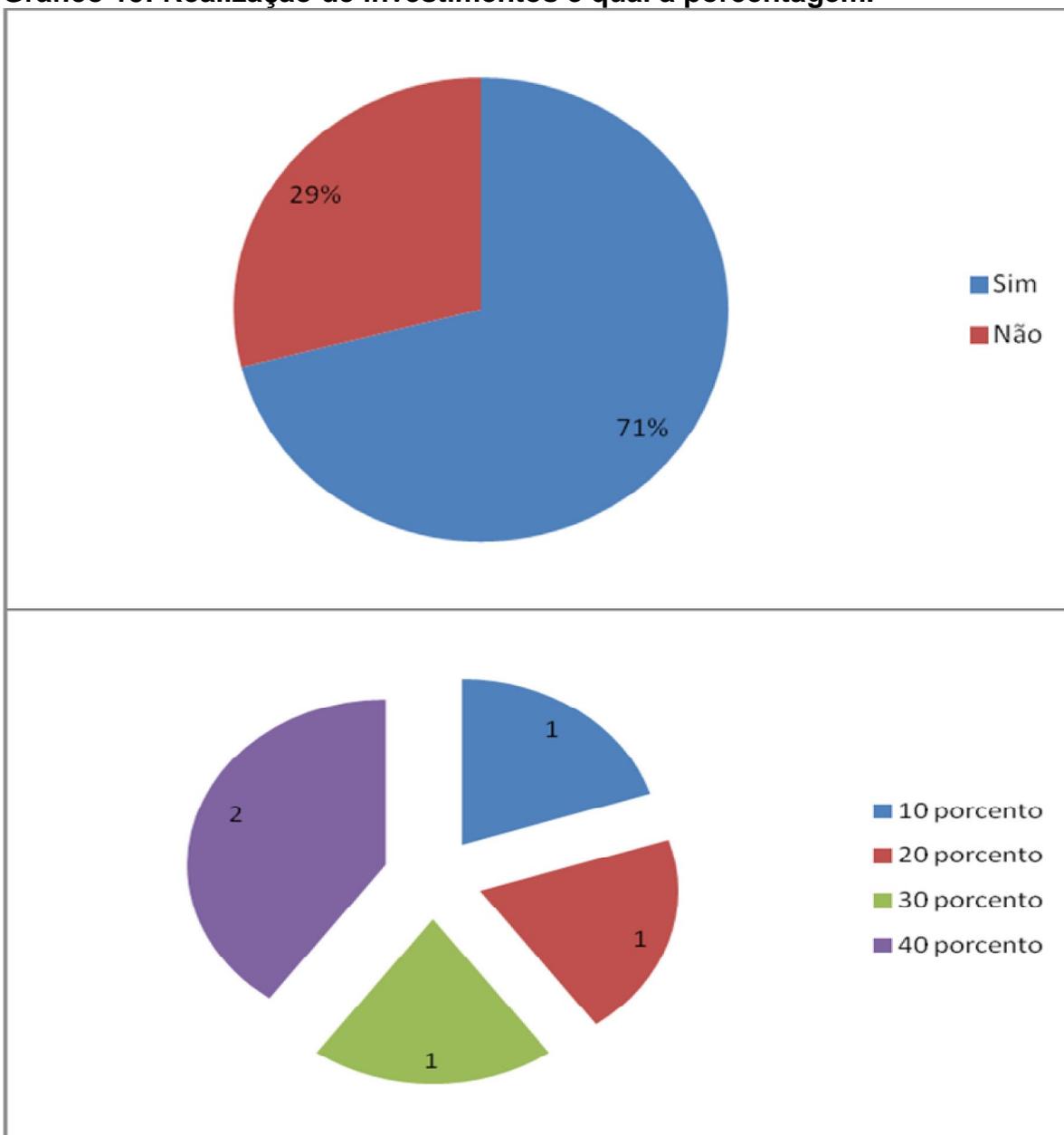
Esse percentual de 100% demonstra que a população alvo da pesquisa está controlando bem suas receitas e despesas sinalizando assim que não contraem dívidas que não podem pagar.

f) Investimentos

Outro assunto tratado na pesquisa foram os investimentos. No questionário aplicado aos contadores da cidade de Maracajá – SC foi perguntado se eles realizavam investimentos, qual a porcentagem investida e que tipo de investimento se tratava, com uma indagação sobre o plano de previdência privada.

Os Gráficos 15 e 16 mostram os resultados conseguidos:

Gráfico 15: Realização de investimentos e qual a porcentagem.



Fonte: elaborado pela autora.

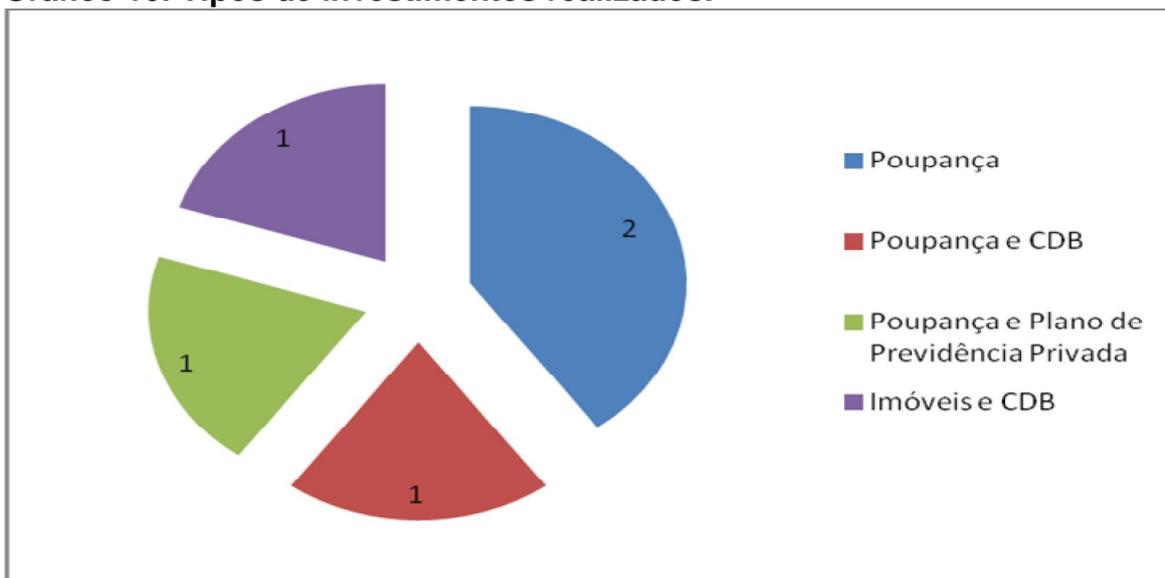
Com relação aos investimentos 71% dos pesquisados responderam ter algum tipo de investimento. Esse percentual é equivalente ao número de 5 contadores, onde 3 dos mesmos investem 10%, 20%, 30%, cada um respectivamente. Os outros 2 indivíduos reservam 40% de sua renda para investir. O percentual de pesquisados que não realiza nenhum tipo de investimento é de 29% do total.

A maioria dos questionados realiza investimentos, esse dado é positivo, significa que eles possuem uma reserva financeira ou planejam conquistar algo futuramente.

Foi perguntado também que tipo de investimentos eles realizam.

O Gráfico 16 mostra o resultado da pergunta.

Gráfico 16: Tipos de investimentos realizados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre o número dos que possuem investimentos, sendo 5 contadores, 3 deles investem na caderneta de poupança, na caderneta de poupança e no CDB e na caderneta de poupança e um plano de previdência privada, cada um deles respectivamente. Os outros 2 contadores investem em imóveis e CDB.

Esses dados mostram que eles investem, mas não são ousados, pois seus investimentos não possuem grandes riscos e variações.

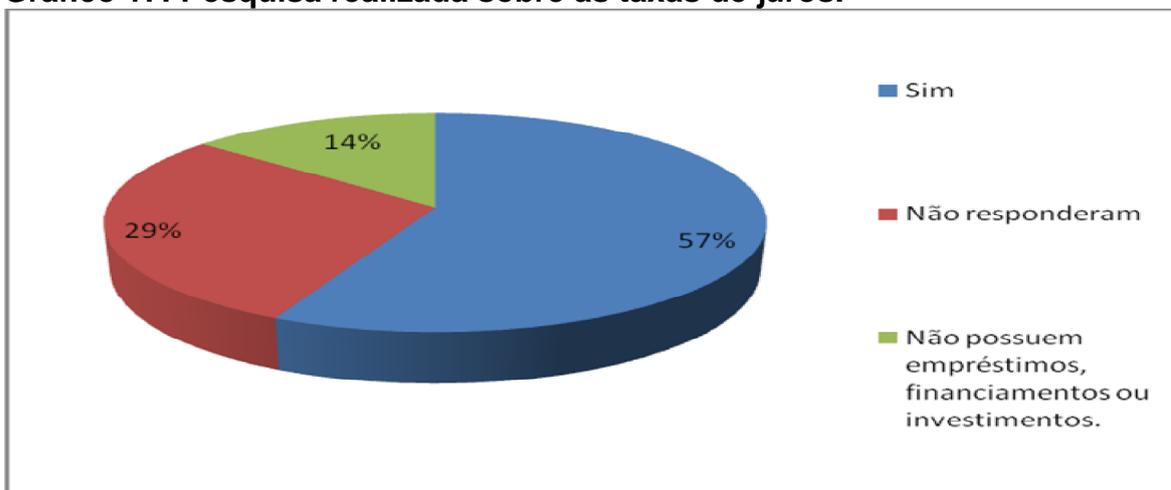
Sobre o plano de previdência privada, que também é considerado um investimento, indagou-se sobre qual era, onde apenas 1 contador respondeu ter e do tipo fechada.

g) Taxas de Juros

Uma das questões elaboradas foi com relação às taxas de juros, se os questionados haviam feito alguma pesquisa sobre elas antes de contratar, os financiamentos, empréstimos e investimentos.

O Gráfico 17 mostra os resultados

Gráfico 17: Pesquisa realizada sobre as taxas de juros.



Fonte: Elaborado pela autora.

Um percentual de 57% dos pesquisados respondeu ter realizado uma pesquisa sobre as taxas de juros antes de contrair um empréstimo ou financiamento, ou realizar um investimento. Isso deixa claro que a maioria dos pesquisados não contrata esses produtos por impulso sem realizar uma análise antes. Os que não responderam somam 29% e os que não possuem nenhum dos produtos citados 14%.

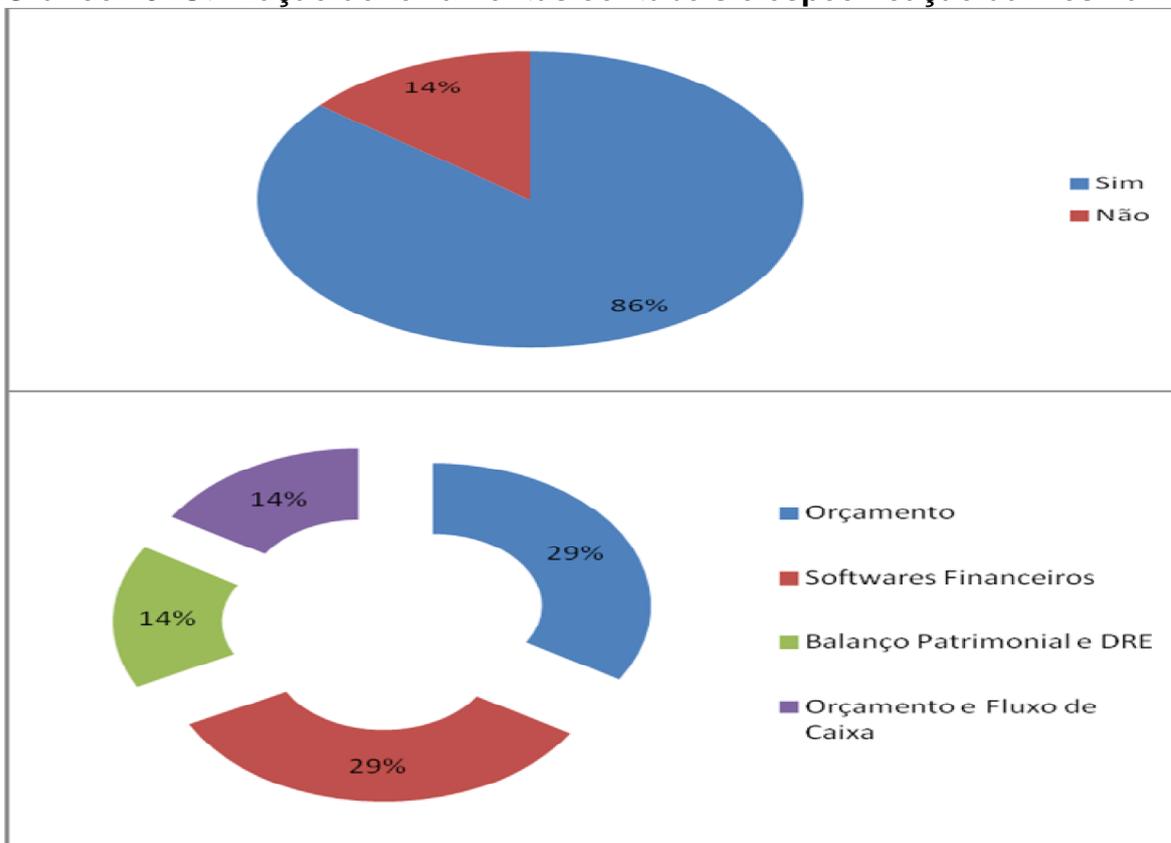
3.5 UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS CONTÁBEIS DE APOIO ÀS FINANÇAS PESSOAIS

Nesta seção foram questionados aos pesquisados se eles utilizavam alguma das ferramentas disponibilizadas pela ciência contábil em seu planejamento financeiro e quais eram as ferramentas usadas por eles. Além de perguntar se a contabilidade poderia contribuir com o planejamento financeiro para a pessoa física em geral e se os conhecimentos contábeis obtidos lhe auxiliavam em suas trajetórias financeiras.

- a) Utilização de ferramentas contábeis no planejamento financeiro e a especificação das mesmas.

Os contadores responderam a pergunta referente ao uso ou não de uma ferramenta contábil em seu planejamento financeiro pessoal e quais eram utilizadas, sendo mostrados os resultados a seguir no Gráfico 18.

Gráfico 18: Utilização de ferramentas contábeis e especificação da mesma.



Fonte: elaborado pela autora.

Quanto à utilização das ferramentas contábeis no planejamento financeiro pessoal, 86% dos pesquisados responderam que usavam algum tipo de ferramenta. Dentro desse percentual de 86% que responderam que sim, 29% utilizam o orçamento e outros 29% softwares financeiros, compartilhando do mesmo percentual de 14% a utilização do balanço patrimonial e DRE juntos e Orçamento e Fluxo de Caixa também juntos. Apenas 14% afirmaram não utilizar as ferramentas da ciência contábil em seu planejamento financeiro.

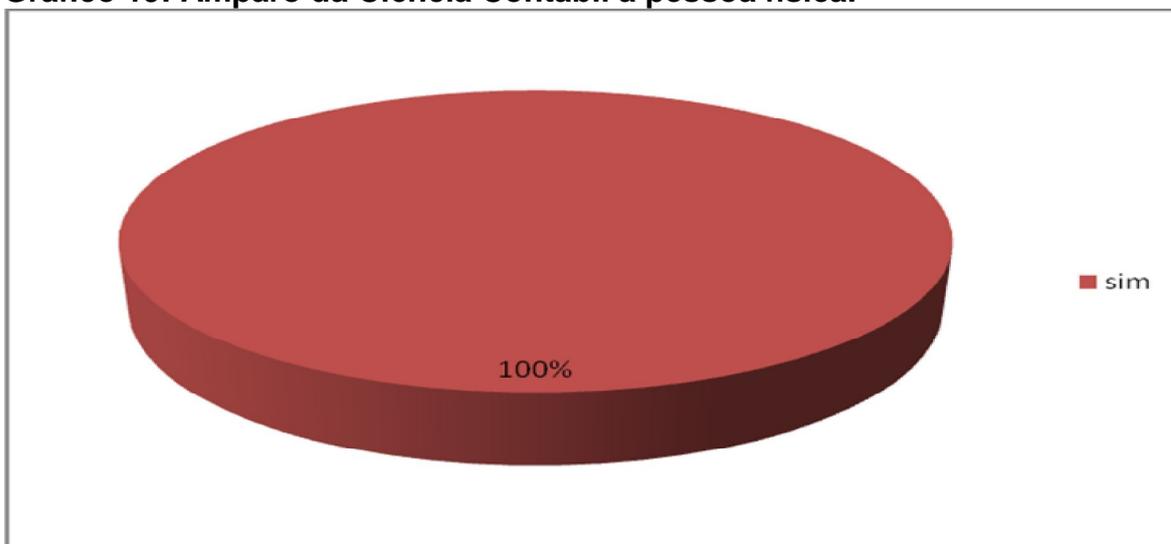
Esses percentuais evidenciam que a população de contadores pesquisada, em sua maioria, usa os conhecimentos contábeis que possui em seu planejamento financeiro.

b) Amparo da ciência contábil à pessoa física em seu planejamento financeiro

Uma questão foi formulada perguntando a opinião deles com relação à ciência contábil se ela poderia amparar a pessoa física em seu planejamento financeiro.

O Gráfico 19 mostra as respostas:

Gráfico 19: Amparo da Ciência Contábil a pessoa física.



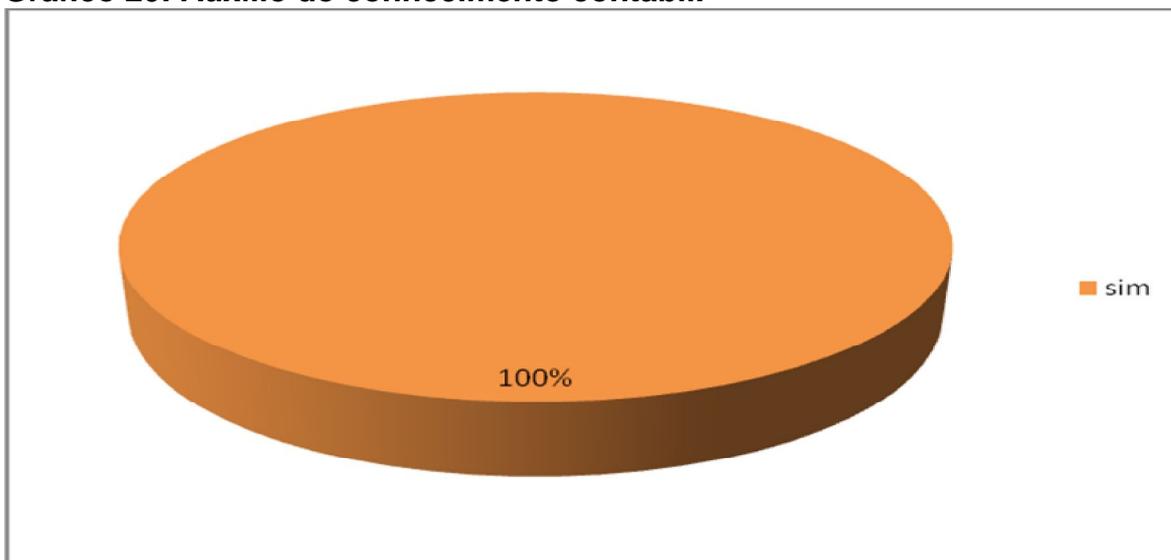
Fonte: elaborado pela autora.

Todos os pesquisados responderam que a ciência contábil pode sim amparar a pessoa física em seu planejamento financeiro.

c) Auxílio do conhecimento contábil

A população de contadores maracajaenses foi indagada se o conhecimento contábil obtido na academia e no exercício da profissão lhes auxiliou em suas trajetórias financeiras. O resultado é mostrado a seguir no Gráfico 20.

Gráfico 20: Auxílio do conhecimento contábil.



Fonte: elaborado pela autora.

Novamente todos concordaram que o conhecimento contábil adquirido tanto na academia, quanto na profissão lhes auxiliam em suas vidas financeiras, comprovando assim que contabilidade pode ser importante também para a pessoa física.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas físicas, mesmo as graduadas em curso universitário, dentro da área de ciências sociais aplicadas, ainda não conseguem administrar de forma eficaz o seu patrimônio. Entenda-se patrimônio, dentro do contexto contábil como sendo os bens, direitos e obrigações conforme ficou claro na fundamentação teórica da pesquisa.

Observou-se, na população pesquisada que mesmo conhecendo e praticando a ciência da contabilidade, nem todos colocam em uso os seus corolários e ferramentas quando tratam do planejamento e do controle financeiro pessoal.

Ao se resgatar o princípio da entidade pode-se afirmar que somente com o uso da contabilidade é possível à entidade contábil, seja ela física ou jurídica, visualizar com clareza a real situação financeira e patrimonial.

A fundamentação teórica apresentada no capítulo 2 buscou mostrar, por meio dos conceitos abordados, a contabilidade para a pessoa física, mostrando as diversas maneiras de utilizá-la no controle e planejamento financeiro. Foram apresentadas, também, variadas ferramentas contábeis que auxiliam no planejamento e controle do dinheiro ganho, bem como, as diversas formas de investir, se endividar e realizar gastos.

Assim, o objetivo desse estudo buscou levantar como os contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá situada no estado de Santa Catarina, realizam o seu planejamento e a gestão financeira pessoal. Para cumprir esse objetivo principal, foram delimitados alguns objetivos específicos.

Os objetivos específicos foram alcançados por meio da pesquisa realizada e com a aplicação de um questionário à população escolhida. Os resultados evidenciados responderam aos quatro objetivos específicos delimitados e conseqüentemente ao objetivo geral.

Desse modo, constatou-se que em um contexto geral a população de contadores pesquisada, em sua maioria, usa os conhecimentos contábeis que possui em seu planejamento financeiro. As ferramentas contábeis mais utilizadas são o orçamento e os *softwares* financeiros.

Evidenciou-se que os pesquisados possuem renda considerada satisfatória, estabelecem objetivos no aspecto financeiro dentro de um prazo médio,

suas receitas cobrem as despesas. Trata-se de uma população que não se encontra endividada, que consegue equilibrar seu orçamento sem precisar recorrer a outras fontes de recursos. Verificou-se que trata-se de uma população que apresenta equilíbrio financeiro.

Outro ponto positivo, é que a grande maioria possui investimentos, mostrando uma preparação e uma atenção com o futuro, apesar de não serem muito ousados em suas escolhas.

Assim, mediante essas considerações, conclui-se que a utilização da contabilidade direcionada à pessoa física, deveria ser objeto de maior atenção por parte das escolas e universidades, tendo em vista a sua eficácia no planejamento e gestão financeira pessoal. Mesmo realizando-se a pesquisa com uma população que passou pelos bancos da universidade e por um curso de ciências sociais aplicadas observou-se que nem todos colocam em prática os conhecimentos apontados no referencial teórico.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paulo Henrique. **De Olho no Dinheiro**: Guia Prático para Ganhar (e Gastar!) mais. 6ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005. 174 p.

ANDREZO, Andréia F.; LIMA, Iran S. **Mercado Financeiro**: Aspectos Conceituais e Históricos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 367 p.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson, 2006. 209 p.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 302p.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia**. Um guia para a iniciação Científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986. 132 p.

BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade Básica**. 2ª ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005. 269p.

BARROS, Sidney Ferro. **Entendendo a contabilidade**: Um Guia Básico para Iniciantes e Não-Contadores. 2ª ed. São Paulo: IOB Thomson, 2004. 192p.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 195 p.

BLATT, Adriano. **Contabilidade**: Para quem não entende do assunto. São Paulo: Negócio Editora, 2000. 152p.

BMFbovespa. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/iniciantes/mercado-de-acoes/planilha-de-orcamento-pessoal/planilha-de-orcamento-pessoal.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 07/10/2012.

BM&Fbovespa. Disponível em:

<http://www.bmfbovespa.com.br/como-investir-na-bolsa.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 15/10/2012.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora, 1999. 436 p. I

BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan J. **Fundamentos de Investimentos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 632 p.

BRASIL ESCOLA. Disponível em:

<http://www.brasilecola.com/economia/gastos-custos-despesas.htm>. Acesso em 20/10/2012.

BRITO, Osias. **Mercado Financeiro: estruturas, produtos, serviços, riscos, controle gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2005. 400 p.

CECCON, Nello. **Juros: Investimentos e Financiamentos**. Caxias do Sul: São Paulo, 1985. 172 p.

CERBASI, Gustavo. **Casais Inteligentes Enriquecem Juntos: Finanças para Casais**. São Paulo: Editora Gente, 2004. 165p.

FERREIRA, Rodrigo. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu dinheiro: Manual de Finanças Pessoais**. São Paulo: IOB Thomson, 2006. 160 p.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel e Sousa. **Juros Bancários: Limites e Possibilidades**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007. 207 p.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark ED, 2005. 812 p.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro: Você é o Maior Responsável**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 417p.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 12ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 775 p.

HIRSCHFEL, Henrique. **Engenharia Econômica e análise de custos: Contém Matemática Financeira Básica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 519 p.

HOJI, Masakazu. **A administração Financeira na Prática: Guia para a educação Financeira Corporativa e Gestão Financeira Pessoal**. São Paulo: Atlas, 2007. 144 p.

HUGHES, James E. **Riqueza Familiar: como manter o patrimônio por gerações**. São Paulo: Saraiva, 2006. 161 p.

HOJI, Masakazu. **Práticas de Tesouraria: Cálculos Financeiros de Tesouraria, Operações com Derivados e Hedge**. São Paulo: Atlas, 2001. 188 p.

IUDÍCIBUS, de Sérgio et al. **Contabilidade Introdutória**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1998. 293p.

LUQUET, Mara. **Guia Econômico: Valor de Finanças Pessoais**. São Paulo: Globo, 2000. 144p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 289 p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 257p.

MERENIUK, Ruy Orlando. **Contratos Bancários e o impacto das Taxas de Juros:** a usura na velocidade do tempo. Curitiba: Juruá, 2002. 200 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade básica:** Uma Introdução à Prática Contábil. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 341p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade básica:** Uma Introdução à Prática Contábil. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004. 392p.

PASCHOARELLI, Rafael. **Como Comprar Mais Gastando Menos.** São Paulo: Saraiva, 2006. 93p.

TESOURO NACIONAL. **Tesouro Direto.** Disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro_direto/conheca.asp.
Acesso em 15/10/2012.

APÊNDICES

Prezado Contador (a)

Eu, Izabel Ramos acadêmica da 9ª fase do curso de Ciências contábeis da UNESC, solicito sua colaboração para responder às questões abaixo, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo consiste em verificar como os Contadores em atividade nos escritórios contábeis da cidade de Maracajá – SC realizam sua gestão financeira pessoal.

Esta pesquisa é realizada sob a orientação do Prof. Ângelo Natal Périco.

Desde já conto com a sua colaboração e meus sinceros agradecimentos pela sua participação. Informo que os dados coletados serão tratados com o sigilo próprio de um trabalho científico.

Atenciosamente,

Izabel Ramos

Indicadores Pessoais:

1. Qual a sua faixa etária?

20 a 25 Anos

31 a 40 Anos

26 a 30 Anos

Acima de 40 Anos

2. Qual o seu sexo?

Masculino

Feminino

3. Estado civil?

Casado(a)

União Estável

Solteiro(a)

Divorciado(a)

4. Tempo de Profissão?

- Até 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos
- Acima de 31 anos

Indicadores de Renda:**5. Qual é a sua principal fonte de renda?**

- Emprego
- Autônomo
- Empresário
- Investidor
- Outros. Qual (s)? _____

6. Qual é a sua faixa de renda pessoal?

- Até 1.000,00
- De 1.001,00 até 2.000,00
- De 2.001,00 até 3.000,00
- De 3.001,00 até 4.000,00
- De 4.001,00 até 5.000,00
- Acima de 5.001,00

Planejamento e Controle Financeiro Pessoal**7. Em sua vida financeira, você costuma estabelecer objetivos?**

- Sim
- Não

8. Caso a resposta anterior tenha sido sim, os objetivos estabelecidos levam em conta um prazo...**(múltipla escolha)**

- Curto, até um ano;
- Médio, entre um e cinco anos;
- Longo, acima de cinco anos.

9. Você utiliza alguma ferramenta de gestão para projetar o seu orçamento?

- Sim. Qual (s)? _____ Não

10. Caso você realize a projeção de seu orçamento, esta previsão é estimada para o período... **(múltipla escolha)**

- Semanal
- Mensal
- Trimestral
- Anual
- Outros. Qual (s)? _____

11. Em seu fluxo financeiro (entradas e saídas de recursos), você tem o hábito de controlar/organizar essa movimentação?

- Sim Não

12. Você possui financiamento imobiliário ou de automóvel?

- Sim Não

13. Em seu orçamento, as receitas auferidas são suficientes para suprir as suas despesas?

- Sim Não

Utilização das Ferramentas Contábeis de Apoio às finanças Pessoais

20. Em seu planejamento financeiro pessoal, você costuma utilizar as ferramentas da ciência contábil (orçamento, fluxo de caixa, DRE, balanço patrimonial e softwares financeiros)?

Sim Não

21. Se a resposta anterior for positiva, quais os instrumentos contábeis que você faz uso em seu plano financeiro? **(múltipla escolha)**

Balanço Patrimonial DRE
 Fluxo de Caixa Softwares Financeiros
 Orçamento

22. Você acha que a ciência contábil pode amparar a pessoa física em seu planejamento financeiro?

Sim Não

23. Você considera que o conhecimento contábil obtido na academia e no exercício da profissão contábil lhe auxilia em sua trajetória financeira?

Sim Não

